

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 21

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Texto do arcabouço será enviado ao Congresso junto com PLDO, diz Haddad..... 3

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pelo menos há agora um aceno à disciplina fiscal , diz Scheinkman..... 4

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

IPVA para aeronaves e embarcações deve entrar na reforma tributária (Reforma tributária)
..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

É preciso usar receita recorrente , diz secretário do Tesouro Nacional..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
ANFIP

Presidente da Unafisco Nacional defende reforma tributária para reduzir desigualdades
..... 13

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Regra fiscal, juros e novo PAC : o foco do governo Lula após os primeiros 100 dias
..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Ajuste fiscal, pela primeira vez, virou uma política do PT" 17

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema tributário não atrai negócios, diz Huawei..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Grupo da reforma tributária na Câmara quer alíquotas diferenciadas para serviços - COLUNA
DO ESTADÃO
..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ANFIP

Uma via para a justiça fiscal..... 25

FOLHA ONLINE - SP - PAINEL S.A.
REFORMA TRIBUTÁRIA

Nos 100 dias de Lula, associações empresariais veem ruídos, avanços e miram reforma
tributária
..... 27

REDE BRASIL ATUAL - SP - POLÍTICA
ANFIP

Com salário mínimo, políticas públicas e cultura, governo avançou na reconstrução social
..... 28

Segunda-Feira, 10 de Abril de 2023

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço e resolução de impasses desafiam política fiscal em 100 dias..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sinais dúbios tumultuam os primeiros 100 dias de Haddad..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad tem um plano maior - VINICIUS TORRES FREIRE..... 35

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Veja as medidas que Haddad anunciou até agora para aumentar a arrecadação do governo
..... 36

FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dúvida sobre receitas e crítica a juros tumultuam 100 primeiros dias de Haddad..... 39

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo vai propor nova regra para gastos obrigatórios, diz Haddad..... 41

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad afirma que revisão de desonerações deve ocorrer após reforma tributária..... 43

RÁDIO NOVA FM - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
ANFIP

Governo estuda taxar até 500 empresas com "superlucros" que não pagam impostos..... 44

REVISTA ISTO É - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

A estratégia do arcabouço..... 45

REVISTA ISTO É DINHEIRO - MOEDA FORTE
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Precisamos da contribuição das Big Techs para construirmos juntos o 5G"..... 47

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula cobra acordo entre Lira e Pacheco sobre MPs: "País não pode ficar parado"..... 50

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad mira quem não paga imposto..... 52

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad: bilionário não vai "mamar" na União..... 53

Texto do arcabouço será enviado ao Congresso junto com PLDO, diz Haddad

Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta segunda-feira, 10, que o texto do novo arcabouço fiscal será enviado ao Congresso junto com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que precisa chegar ao Legislativo até o dia 15, no fim desta semana. Vai junto com a LDO, como anunciado há um mês, respondeu Haddad, ao ser questionado por jornalistas, na entrada no Ministério da Fazenda, sobre a data de envio do arcabouço.

Na semana passada, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o texto da regra fiscal chegaria à Câmara até esta terça-feira, 11.

Faço um apelo para que olhem com carinho o arcabouço fiscal que nós estamos desenhando, que chegará até terça-feira da semana que vem aqui na Câmara dos Deputados, disse Tebet, a parlamentares, durante uma audiência pública do grupo de trabalho que discute a reforma tributária na Câmara, no último dia 4.

As linhas gerais da regra proposta pelo governo para substituir o atual teto de gastos foi apresentada no último dia 30 por Haddad, mas o texto final, com ajustes, ainda não é público.

O arcabouço prevê zerar o déficit primário no ano que vem, gerar superávit de 0,5% do **PIB** em 2025 e saldo nas contas públicas de 1% em 2026, com tolerância de 0,25 ponto porcentual para cima e para baixo.

Haverá também um piso de 0,6% e um teto de 2,5% acima da inflação para o crescimento das despesas. Além disso, o crescimento dos gastos será limitado a 70% da alta da receita primária líquida nos últimos 12 meses encerrados provavelmente em junho do ano anterior.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/10/texto-do-arcabouco-sera-enviado-ao-congresso-junto-com-pldo-diz-haddad.htm>

Pelo menos há agora um aceno à disciplina fiscal , diz Scheinkman

Um dos economistas brasileiros mais respeitados no exterior, José Alexandre Scheinkman diz que o grande destaque no cenário internacional deste início de terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva tem sido a condução da política ambiental. Está dando muito crédito para o governo, e ele poderia usar isso em vários outros setores, inclusive para a economia em geral , diz Scheinkman, professor da Universidade de Columbia.

Na economia, ele avalia que há muito barulho envolvendo o governo, mas vê sinais de que o governo busca o equilíbrio das contas públicas.

A disciplina fiscal, principalmente, durante os dois últimos anos do governo Bolsonaro foi completamente abandonada. Pelo menos, há na proposta - sem detalhes, é claro - do Haddad, uma vontade de conseguir voltar a ter uma certa disciplina fiscal , afirma.

A seguir trechos da entrevista concedida ao Estadão .

Como o sr. avalia este início de governo?

Vou começar por uma coisa importante e que marca uma mudança em relação ao governo Bolsonaro: é a questão do clima. Isso é uma coisa muito importante. E, claro, muda a imagem do Brasil.

O sr. poderia detalhar o impacto dessa mudança?

O País participava da discussão de uma maneira esdrúxula. Ao mesmo tempo, o mundo entende que o Brasil tem recursos que podem ajudar a resolver o problema.

Como o Brasil pode se beneficiar dessa melhora na área ambiental?

Isso está ligado a um trabalho de pesquisa que estou fazendo. Temos ainda números preliminares, mas eles indicam que o reflorestamento do bioma da Amazônia brasileira tem uma capacidade de captura de carbono importante. O Brasil teria uma renda importante, mais do que a renda atual que tem com a exploração agrícola da Amazônia, feita principalmente por gado.

E na área econômica, quais a percepção do sr., sobretudo com esse embate entre governo e BC?

É uma coisa que não adianta. Obviamente, podemos debater qual deve ser o nível da taxa de juros. Todos os economistas podem ter uma opinião. Agora, isso não é a mesma coisa que ficar tentando duvidar da moral da equipe do Banco Central ou da sua capacidade. São duas coisas diferentes.

Esse embate tem prejudicado a economia brasileira?

Essa discussão sobre o Banco Central não é tão importante assim. Seria melhor não ter essa discussão, mas não vai ser a razão pela qual a economia brasileira vai dar certo ou não nos próximos quatro anos.

E como o sr. avalia o arcabouço fiscal?

Eu acho que o plano apresentado pelo Haddad me parece sério. Ele depende - como o próprio ministro falou - do aumento da arrecadação. Esse aumento da arrecadação pode ser feito de uma maneira que até ajude a economia brasileira ou de uma maneira que prejudique muito a economia. Essa vai ser a grande questão.

O que poderia ajudar?

Se você, por exemplo, retirasse alguns dos subsídios.

E o resto da agenda econômica do governo?

Outra coisa que estou bastante satisfeito é com a nomeação do Bernard Appy, porque o governo está empenhado em passar uma **reforma tributária**. O Brasil tem um sistema tributário impossível.

Parte dos economistas esperava um governo mais pragmático, como foi o primeiro mandato do Lula. De forma geral, está mais otimista ou pessimista?

Havia a personalidade do Palocci (Antônio Palocci, ex-ministro da Fazenda) no Lula 1. Era uma pessoa que falava de uma maneira clara sobre quais eram as intenções do governo. Hoje, tem mais barulho. Tem por um lado o ministro da Fazenda falando algumas coisas, mas tem a presidente do PT (Gleisi Hoffmann). Ela não é um membro do governo, mas, de uma certa maneira, fala por uma parte dos apoiadores do presidente. Isso tudo faz a coisa ficar mais

complicada. As intenções do governo são menos declaradas. Mas as ações, sem a retórica, têm sido mais do lado positivo.

E como tem sido a visão internacional em relação a esse início do governo?

O grande chamariz, por boas razões diante da gravidade do problema, é na questão ambiental. Está dando muito crédito para o governo, e ele poderia usar isso bem em vários outros setores, inclusive para a economia. Há um outro ponto que se discute bastante, que é a questão da democracia. O Brasil era visto como um país em que o governo estava tentando levá-lo para uma direção bastante autoritária.

E no campo da economia?

As pessoas estão esperando para ver o que vai acontecer. Não se pode exigir em 100 dias uma definição. A disciplina fiscal, principalmente, durante os dois últimos anos do governo Bolsonaro foi completamente abandonada. Pelo menos, há na proposta - sem detalhes, é claro - do Haddad, uma vontade de conseguir voltar a ter uma certa disciplina fiscal. A outra questão é como o governo vai conseguir convencer o Congresso a passar essas medidas que ele está propondo.

O Lula enfrenta um cenário diferente hoje, em que a aprovação dele não é tão grande como era em outros mandados. Qual é força para aprovar as medidas?

O aspecto principal não é nem a aprovação do Lula, mas o poder que foi ganho do chamado Centrão na eleição. Infelizmente, o Congresso saiu pior (da eleição). As pessoas que estão mandando no Congresso têm uma agenda de prioridades que é essencialmente ganhar poder político.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/04/10/pelo-menos-ha-agora-um-aceno-a-disciplina-fiscal-diz-scheinkman.htm>

IPVA para aeronaves e embarcações deve entrar na reforma tributária (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

A nova proposta de **reforma tributária** que será elaborada pela Câmara dos Deputados deve prever também mudanças na tributação de propriedades, o que inclui a previsão de cobrança de IPVA sobre alguns veículos aquáticos e aéreos .

Também devem entrar no texto que será apresentado em maio regras sobre a progressividade do ITCMD (imposto estadual sobre herança e doação) e a obrigação para que os municípios atualizem a base de cálculo do IPTU ao menos uma vez a cada quatro anos.

Deputados do grupo de trabalho que trata da reforma entendem que as mudanças são uma forma de trazer mais apoio ao texto, por parte de governadores e prefeitos, além de tornar a proposta mais justa do ponto de vista da taxação dos mais ricos.

Em relação ao IPVA, a Constituição prevê que o tributo estadual seja cobrado dos proprietários de veículos automotores, sem especificar quais.

Ao analisar o texto constitucional em diversas oportunidades, o STF (Supremo Tribunal Federal) entendeu que o imposto só alcança veículos terrestres. Por isso, barrou a tentativa de cobrança por alguns estados , como Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas, nas últimas décadas.

Para o tribunal, o IPVA sucedeu a antiga TRU (Taxa Rodoviária Única), que historicamente excluía do pagamento as embarcações e as aeronaves. O objetivo da criação do imposto no lugar da taxa foi permitir a divisão do recurso entre estados e municípios, e não ampliar a base de incidência do tributo, segundo o Supremo. O STF entende ainda que tributar veículos aéreos ou aquáticos não está na competência dos estados, pois o licenciamento destes veículos é feito pela União.

Para superar essas restrições, será necessário alterar o texto constitucional nesse ponto, o que será feito por meio da aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Essa nova proposta deve mesclar o texto de outras duas que tramitam no Congresso desde 2019 (PEC 45 e PEC 110). A versão mais recente da 110 , apresentada em 2021 pelo atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), e pelo ex-senador Roberto Rocha (PSDB-MA), prevê a cobrança de IPVA sobre embarcações e aeronaves.

A expectativa é que o governo federal também apoie a mudança. No segundo turno das eleições de 2022, o ministro Fernando Haddad (Fazenda), então candidato ao governo de São Paulo, comprometeu-se com a proposta do PDT de taxar também jatos, lanchas e helicópteros com o IPVA .

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, participou em 2022 da elaboração de um conjunto de propostas econômicas que também sugeria a tributação desses dois tipos de veículos.

Um estudo de 2020 do Sindifisco Nacional (sindicato dos auditores da **Receita Federal**) estimou uma arrecadação adicional de R\$ 4,7 bilhões por ano com a ampliação da base do tributo. Isso representaria um aumento de quase 10% na arrecadação do IPVA.

Quase 90% desse valor se refere a embarcações, e os outros 10% sobre aeronaves a jato, turboélice e helicópteros.

"A frota executiva brasileira é a maior do hemisfério sul e a terceira do mundo, atrás, apenas, dos Estados Unidos e do Canadá. É chocante que entregadores paguem **impostos** pela propriedade de suas motocicletas e os proprietários dessas esquadrilhas de limousines aéreas não paguem nada. É o princípio da capacidade contributiva previsto na Constituição de 1988 aplicado ao contrário", afirma Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional.

Leonardo Gallotti Olinto, do escritório DCG Advogados, afirma que a tributação desses bens pode levar muitas pessoas a registrar aeronaves e embarcações em outros países, como forma de tentar escapar do IPVA.

"De fato há um desbalanço, mas há que se tomar cuidado", afirma Olinto. "Se for comprado na Rússia, de bandeira russa, o Brasil tem competência para tributar? Será que isso não vai gerar uma fuga?"

A tributação desses veículos não deve ser irrestrita. Um projeto de lei complementar apresentado em 2021 pelo ex-deputado Severino Pessoa (MDB-AL), por exemplo, previa isenção para aeronave ou embarcação utilizada no transporte coletivo ou de cargas ou que não possuísse propulsão própria (como barcos a remo ou vela). Também não seria cobrado o imposto quando o veículo fosse utilizado na pesca artesanal ou pesquisa científica.

Uma proposta de 2013, do ex-deputado Vicente Cândido (PT-SP), também previa que não seriam tributados veículos aquáticos e aéreos de uso comercial destinados à pesca e ao transporte de passageiros e cargas. A PEC 283/2013 previa a tributação não só da propriedade, mas também a posse de veículos, o que evitaria que bens registrados em nome de pessoas físicas ou empresas domiciliadas no exterior escapassem do imposto.

Reportagens da Folha mostraram que o mercado de iates e jatinhos vive um boom no Brasil, com fila de entrega para alguns modelos de luxo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/ipva-para-aeronaves-e-embarcacoes-deve-entrar-na-reforma-tributaria.shtml>

É preciso usar receita recorrente , diz secretário do Tesouro Nacional

Rosana Hessel

O novo arcabouço fiscal, que substituirá a regra o teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesa pela **inflação** do ano anterior -, vai excluir receitas não recorrentes na base de cálculo do limite para o crescimento das despesas, de acordo com o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron. Segundo ele, a nova regra deve expurgar arrecadações extraordinárias que acabam inflando a base, como dividendos de estatais e royalties de petróleo, porque geram distorções que podem impulsionar um aumento de despesa que não terá receita futura correspondente.

Estamos caminhando para a receita líquida total, talvez excluindo receitas extraordinárias para que não inflam e não criem distorções na base, como dividendos de estatais ou royalties do petróleo. Vamos trabalhar isso. É preciso usar a receita recorrente , explica o chefe do Tesouro. Ele contou que o texto do projeto de lei complementar do arcabouço está praticamente pronto e passa por ajustes jurídicos. Além disso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, decidirá, nesta semana, quando encaminhará a matéria ao Congresso Nacional. Essa é uma decisão política do ministro , diz Ceron.

A nova âncora fiscal prevê uma meta flexível de resultado primário das contas do governo federal, com banda de 0,25 ponto percentual para cima ou para baixo -, e limita o aumento nas despesas em até 70% do crescimento das receitas, mas ainda não está muito claro qual será a base de cálculo. O secretário espera que o arcabouço seja um marco na gestão de contas públicas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), podendo durar de 15 a 20 anos, ou até mais do que isso, acomodando diferentes ciclos políticos . De acordo com ele, o arcabouço não será uma nova regra que não será cumprida. A gente cansou de blefar no Brasil , frisa.

O secretário reconhece que uma das principais preocupações do governo na área fiscal é com o passivo dos precatórios herdado do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) após o calote de parte das despesas judiciais por meio de emenda constitucional. Foi um grande equívoco, porque existe o canal correto de financiamento da dívida pública, que é aquela emissão de títulos da dívida pública ,

afirma. Contudo, uma saída para esse problema ainda está sendo estudada.

A **reforma tributária** poderá colaborar para o cumprimento do arcabouço, criando condições para mais investimento e mais produtividade na economia, na avaliação de Ceron. Ele ainda conta que Haddad deve anunciar, hoje, o novo marco de Parcerias Público-Privadas (PPPs) voltada para alavancar investimentos de estados e municípios. A seguir, os principais trechos da entrevista de Ceron concedida ao Correio :

Como está a questão dos cálculos para fechar o texto do arcabouço uma vez que será preciso um forte aumento de receita para cumprir as metas? O ministro Haddad sinalizou medidas para aumento de receita em até R\$ 150 bilhões, mas elas dependerão do Congresso. Como fazer os ajustes?

O arcabouço não tem a ver com essas medidas de receita. Ele é um desenho de médio e longo prazos que garante uma trajetória de sustentabilidade fiscal do país, acomodando diferentes ciclos econômicos e diferentes ciclos políticos. E continua mantendo um limite para o gasto para evitar um exagero em momentos de ciclos de alta na atividade econômica, mas também medidas anticíclicas para evitar grandes flutuações em momentos de baixa, e sempre fazendo com que a despesa cresça menos do que a receita. Isso garante, a médio e longo prazos, uma trajetória fiscal sustentável. Isso é o arcabouço, e acho que não há nenhuma discussão relevante de ninguém criticando isso.

A outra é a intensidade do movimento de ajuste dentro do arcabouço. O ministro está sinalizando que pretende acelerar esse processo de ajuste via a recomposição da base fiscal. No ano passado, houve uma renúncia de base tributária de 1,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) e essa busca é para recuperar essa base fiscal. Logo, recuperando essa base fiscal, a sinalização é que conseguiremos cumprir uma trajetória de primário mais intensa e, com isso, é possível estabilizar a dívida em um período mais curto. Mas e o Congresso? Nesta sociedade, pode não validar algumas medidas e o processo de ajuste vai ser mais lento.

Mas há divergências por conta da questão de

depende apenas de receitas pode ser um estímulo para gastar, pois não há um indicativo de corte de gastos.

Essa questão do limite do gasto ser uma licença para gastar eu já me manifestei sobre isso. Isso é conceitualmente um equívoco e não corresponde à realidade. O limite para a despesa pública continua existindo, com teto de 2,5% de crescimento real, que é a média histórica dos últimos 30 anos de crescimento econômico do país. Isso é fato e significa que se o país crescer 2,5%, na média, a longo prazo, o tamanho do Estado continua o mesmo sobre a economia. Esse é um ponto.

O arcabouço não abre espaço para qualquer tipo de ganância ou algo que o valha ou o crescimento exagerado do Estado sobre a economia. Pelo contrário, ele garante um crescimento sustentado da despesa pública, do investimento público e do atendimento social, mantendo o tamanho do Estado em relação à sua presença na economia. Esse é o primeiro ponto. A questão do corte de gastos, do ponto de vista de buscar eficiência das políticas públicas da máquina pública é uma agenda de governo também. Reduzir gastos para reduzir o tamanho do Estado, o suporte social à população, isso não é agenda do governo. Conceitualmente, não é possível dizer que só existe responsabilidade fiscal se for redução do tamanho do Estado.

Mas é importante olhar a questão do gasto, porque é público e notório que o governo gasta muito e mal e tem muito subsídios sem avaliar o impacto para a sociedade.

Se a discussão do corte de gastos é uma discussão para melhorar a eficiência, a focalização da política pública, como eu falei, ela é necessária e ela existe. Isso está na agenda do governo. No pacote das primeiras medidas que anunciamos a revisão de despesas. É aquele efeito de cortar unha, de rever os contratos, que é importante, mas com efeito pequeno. E tem também um esforço para o empoderamento do Cemap (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) e um empoderamento de uma área do Ministério do Planejamento, que foi criada para cuidar disso, que é a Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas.

Existe um trabalho que é um pouco mais de médio prazo para melhorar a qualidade do serviço público e poder atender melhor a sociedade com menos recursos. Assim, será possível, por exemplo, investir mais em infraestrutura. Isso é essencial e está na agenda do governo, mas é preciso um pouco de tempo de maturação.

Sobre a questão do piso para investimentos, para ele não ser a primeira vítima em caso de ajuste, como é que o governo vai direcionar os cortes em caso de não cumprimento das metas? Será para os concursos ou haverá alguns gatilhos?

A princípio, a lei complementar do arcabouço vai indicar, na medida em que acontecer, a necessidade de ações mitigadoras que garantam uma trajetória, de médio e longo prazos, do fiscal sustentável. E a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada ciclo político vai trazer quais são essas medidas e qual a priorização dessas medidas. A ideia é que o arcabouço, em si, seja uma nova LRF e que ele perdure pelos próximos 15-20 anos, tomara que mais. E que seja algo, de fato, algo cultural no Brasil. E então, para isso, ele precisa ser um macro desenho que garanta uma direção para termos um fiscal equilibrado, mas ele precisa ter flexibilidade para acomodar diferentes visões políticas. O arcabouço dá um grau de liberdade para o governo do momento fazer as escolhas e um balanço dessas escolhas.

O que vai ficar dentro desse teto máximo de crescimento, que vai poder ficar fora ou vai poder crescer mais de 2,5%, como educação em saúde, crédito extraordinário? O investimento também vai ficar fora desse novo teto?

Existem exceções que são constitucionais. Crédito extraordinário, por exemplo, é constitucional, e não estamos mexendo nisso. O investimento vai ficar dentro do teto, mas tem um piso de 0,6%. Do ponto de vista, no momento de corte, ele tem que ser respeitado, e vai estar dentro do bolo de até 2,5%.

E precatórios? Na apresentação, o senhor criticou bastante a mudança feita no governo anterior, impondo um teto para essa despesa com decisões judiciais por meio de emenda constitucional.

Por enquanto, vamos seguir a regra constitucional (aprovada no governo Bolsonaro). Mas é um problema. Uma parte dele fica dentro do teto, mas existe o estoque acumulado e ainda não conseguimos ter uma solução. Foi um grande equívoco, porque existe o canal correto de financiamento da dívida pública, que é aquela emissão de títulos da dívida pública. Fazer isso em uma emenda só cria distorções. E estamos vivenciando. Colocaram previsões de que será possível compensar com outorgas de concessões.

Mas há muitas dúvidas e pode colocar quem não está na frente da fila e criar um desarranjo, um custo administrativo, além de forçar pessoas que não queriam financiar o setor público a financiarem. Não deixa de ser um empréstimo forçado, de alguma

medida. Então, é um problema que será preciso resolver. Só que não dá para resolver tudo ao mesmo tempo. Esse é um assunto que nós também queremos endereçar, mas não dá para fazer isso agora.

Em que momento isso será possível?

Nós tínhamos dois grandes desafios iniciais, que era melhorar um pouco e já colocar uma sinalização melhor para o resultado primário do ano. Fizemos isso com as primeiras medidas de ajuste logo no começo e o arcabouço, em si, que é importante para dar uma previsibilidade. E tem algumas medidas adicionais que vão sair. E aí foi dado o primeiro movimento e, agora, precisamos enfrentar as outras questões estruturais.

Para o crescimento econômico também tem outras medidas que podem ser tomadas, como aperfeiçoar setores, enfim, algumas questões para poder estimular o crescimento, por exemplo, a **reforma tributária**. Ela é uma medida que pode aumentar a previsibilidade de economia e o **PIB** potencial. E vamos anunciar, nesta semana, o pacote de Parcerias Público-Privadas (PPPs) e, depois, o pacote de medidas de crédito.

E quando será o envio do texto do arcabouço para o Congresso?

A nossa expectativa é submeter ao Congresso nesta semana. Mas essa é uma decisão política do ministro.

E sobre as medidas das PPPs? O senhor pode adiantar alguma novidade?

O ministro já falou que as medidas estão mais voltadas para apoiar estados e municípios, criando metas que permitam resolver um problema que é gravíssimo, que são as garantias. As PPPs, nos estados e nos municípios que não decolam ou tem dificuldade de decolar no seu potencial, porque muitos investidores, principalmente, externos ou mesmo grandes grupos econômicos internos, têm um pouco de receio do risco de inadimplência de estados e municípios e do risco político e aí acabam envidando.

Isso diminui a concorrência, às vezes inviabiliza o projeto, força o Estado a usar algumas garantias ineficientes. O que nós vamos colocar à disposição é um conjunto de instrumentos que o Tesouro vai apoiar na estruturação de garantias que farão com que o investidor privado, quando olhar a PPP do estado e do município, ele vai enxergar o risco soberano e não o risco do ente federativo.

Ainda há dúvidas em relação ao arcabouço, sobre a base das receitas para o cálculo do novo limite de gastos. Qual será o critério?

Estamos caminhando para a receita líquida total, talvez excluindo receitas extraordinárias para que não inflam e não criem distorções na base, como dividendos de estatais ou royalties do petróleo. Vamos trabalhar isso. É preciso usar a receita recorrente. E lembrando, o mais importante para nós é que o desenho do arcabouço que está sendo pensado para ter uma vida longa. O mais importante é definir o que seja bom a médio e longo prazos.

Houve alguma mudança na proposta original do arcabouço desde o anúncio das linhas gerais?

Quando foi feito o anúncio, a gente não tinha pensado na questão do bônus de investimento. Aí economistas sugeriram colocar um limite para esse investimento quando houver uma receita muito elevada. Se direcionarmos tudo para o bônus, será ruim para a economia, porque o governo corre o risco de gastar mal e gerar **inflação**. De novo, as contribuições para melhorar o **desenho** de médio prazo faz sentido. Por isso, estamos discutindo o conceito de expurgar as receitas extraordinárias para que ela não contamine ou crie distorções que possam gerar reflexos negativos.

Então vocês devem incluir um limite para esse bônus de investimento quando houver excesso no cumprimento da meta de superavit?

Achei coerente. De novo, digo que é a contribuição que vem para melhorar o desenho de médio prazo, faz sentido. E estamos trabalhando nisso. Achei o alerta importante criar uma discussão de intensidade como é uma medida de médio prazo, faz sentido impor uma limitação para esse bônus. Estímulo, mas não posso dobrar ou triplicar, porque pode não ser saudável. Foi uma boa sugestão em mais de um momento diferente de discussões com gestores e grupo de investidores.

O senhor já falou em usar uma parte desse bônus para precatórios. Qual o saldo de precatórios para este ano e o próximo?

Sim. Estamos discutindo em deixar um percentual para pagamento extraordinário de precatórios. Estamos estimando em torno de R\$ 55 bilhões em 2023 e, para o próximo ano, ainda não temos estimativa. Uma questão mais estrutural foi a montagem do Comitê de Gestão de Riscos Judiciais, incluindo o próprio Ministério da Fazenda, Advocacia-Geral da União (AGU), para atuar, de forma mais próxima ao Judiciário, e trabalhar de forma preventiva para tentar reduzir um pouco o risco de surgimento de grandes precatórios. O comitê está formado e vamos tentar fazer um trabalho que vai ter um efeito mais ameno a médio prazo, mas tentar reduzir para avisar os ministros dos riscos nos próximos meses e traçar

estratégia jurídica.

E com relação à LDO, ela vai ter a previsão dos gatilhos para cortes em caso de descumprimento da meta ou isso ficará no arcabouço?

O arcabouço indica o que acontece quando ocorrer algum descumprimento da regra. Mas ele indica para a LDO as medidas em si. Tem alguns normativos que estabelecem algumas medidas, proibindo contratação, realização de novos concursos, por exemplo. Existem alguns normativos que previam expressamente as medidas, então está congelado qualquer tipo de recomposição dos servidores ou públicos, novos concursos e já prevê que provavelmente vai ficar de fora.

Um dos pontos mais elogiados nas linhas gerais do arcabouço foram as bandas para a meta de resultado primário.

O ponto central do arcabouço, acredito nisso, é criar um conjunto de regras que está alinhado com o que há de mais moderno no mundo. Se olharmos para as regras no mundo, elas foram evoluindo também. Na primeira geração, tinham toda essa rigidez e não eram compatíveis com os ciclos econômicos. E aí é quando se destrói a regra. E eu falei sobre isso. A gente cansou de blefar no Brasil. Era preciso criar uma coisa que dê para discutir à luz do sol e que dê para cumprir.

Estamos criando um arcabouço que funcione a médio e longo prazos. Isso é mais importante do que o curto prazo. E para mim é mais importante do que o ciclo até 2026. O arcabouço vai valer para 15 anos ou 20 anos, que ele continue permanente. As bandas ajudam, porque não será preciso aquele processo de ter que fazer aquele hiper contingenciamento, e, depois, liberar correndo para poder gastar.

Ele permite o que há de mais moderno: um orçamento de médio e longo prazos. Embora a nossa Constituição trouxe, em tese, esse ordenamento, de PPA (Plano PluriAnual), LDO e LOA (Lei Orçamentária Anual), na prática, isso não funciona adequadamente. Então, valorizar isso eu acho que é bacana. Eu acredito muito nessa questão de ter um pouco da banda para ir trabalhando, porque é o suficiente para dar previsibilidade e, mais ainda, dar estabilidade. O processo de ajuste acaba sendo gradual, mas dentro do arcabouço e as medidas devem ser validadas pelo Congresso. O mais importante é que o processo de ajuste seja mais gradual, mas dentro do novo arcabouço. E quem vai arbitrar isso, no final do dia, é a sociedade. E é isso que o arcabouço sinaliza, de forma transparente.

Mas quando é que vamos ver um movimento de

estabilização da dívida? Porque há controvérsias de que será possível conseguir zerar o déficit em 2024 e ter superávit a partir de 2025 porque há muitas variáveis.

Isso eu falo para todos: Discutir simulação, é discutir Excel. Todo mundo pode prever nesses debates. E é mais difícil se o **PIB** crescer só 0,5% até 2026, sim, em um cenário mais difícil de acontecer isso. E é até mais difícil se simular um cenário de **PIB** -1% todo ano. Mas tem um cenário razoável. O país não cresce a 0,5% em média.

Mas o país cresceu, em média, 0,5% na última década.

Tem uma consideração. Mas se olharmos para um horizonte mais longo não é isso. Então acho que, se quer simular? É legítimo. Eu não vou falar que a simulação está errada. Mas eu só estou projetando cenários razoáveis que podem acontecer. Mas podem não acontecer. É razoável prever que a curva de juros, com um arcabouço minimamente factível, com medidas da direção correta, não vai fechar o ruído que ganhou desde meados do ano passado e o **PIB** fechar pelo menos 1%.

Provavelmente todo o mercado fala que 1% é razoável. E não é razoável você pensar num cenário que pode fechar até 2% que era a nossa curva a termo até dois anos atrás? Se isso acontecer e a economia crescer minimamente, a gente chega em 2026 com uma situação estável. Mas, se isso acontecer, ainda assim o movimento de médio e longo prazo estará garantido pela regra do arcabouço, na qual a despesa vai crescer menos do que a receita. E aí você vai melhorar o fiscal. Então tudo bem, esse debate é legítimo, porque as projeções são legítimas para todos. Existem muitas variáveis na economia que são dinâmicas. As coisas vão mudando e o trabalho do economista não é trivial. As coisas vão mudando.

E temos uma outra variável de **inflação**, que é a redução da produção de petróleo do cartel da Organização dos Países Produtores de Petróleo (Opep). Isso pode afetar todo o cenário que vocês traçaram?

Então, não é simples. É preciso analisar se o impacto é positivo ou negativo para o Brasil. Por um lado, ele dificulta o trabalho da política monetária. Não há dúvida quanto a isso. Por outro lado, ele aumenta mais proporcionalmente a arrecadação do governo federal. Não apenas por causa da **inflação**, mas porque tem os royalties e têm a Petrobras. No ano passado, explodiu a arrecadação de royalties. Logo, para o fiscal, é favorável. E, para a economia, depende do balanço das coisas. Por exemplo, quando a China

crece e o restante do mundo tem uma previsão de crescimento, para o Brasil, não é de todo ruim. Todos esses balanços não são simples de avaliar. Mas, de qualquer forma, claro que o preço do petróleo, dentro de um determinado patamar, ele colabora, mas, depois, joga para uma recessão. Vai depender da intensidade do movimento.

Mas ainda não entrou no cenário de vocês? Está esperando para ver?

A curto prazo, ele tem que ter um impacto positivo sobre a arrecadação. E, provavelmente, esse ajuste, se for pequeno no preço do barril, deve ser tranquilo. O problema será se o barril voltar para mais de US\$ 100. Aí gera um pouco mais de pressão sobre a atividade econômica, sob pressão de preços. Por enquanto, não vejo como um grande fator, um problema. Muita gente acha que o mercado reagiu com um overshooting e vai se ajustar. Em resumo, por ora, não tem um. Não há um grande fator de problema isso não.

Mas com salário mínimo com reajuste em termos reais, tendência de mais aumento de salário para os servidores, maiores gastos com educação e saúde, além de investimentos com piso. Será possível cumprir a regra efetivamente?

Sim. É possível. Essa é a beleza da regra e é a parte mais essencial dela. Quando não se pode avançar nas políticas públicas, depende das receitas que são auferidas. Então, essa relação entre receita e despesa, garantido para a sociedade que o Orçamento, de mês a mês, vai criar a relação de que a despesa não vai poder ser maior do que a receita é mais fácil de entender para a sociedade como um todo. Você vai criar essa relação para também economizar um pouquinho para poder diminuir esse deficit, fazendo, assim, aumentar o superavit. Mas se não tiver receita para tudo isso, eu não vou poder fazer tudo isso. A sociedade vai ter que fazer escolhas. E é isso que estamos colocando de forma bem transparente. O arcabouço é compatível com uma visão progressista no sentido da necessidade do Estado reconhecer que o Brasil tem uma reparação social a ser feita. E isso o presidente da República fala constantemente.

Esse arcabouço é compatível com esse processo de reparação social com responsabilidade fiscal. Ele exige para poder fazer tudo, num patamar adequado, um incremento da receita. Exige isso. E esse aumento de receita não vai ser com aumento de tributo, criando tributo, aumentando alíquota, mas combatendo a sonegação e o planejamento tributário dos grandes grupos, triangulações de paraísos fiscais, coisas que não afetam o dia a dia da população, que nem sabe

que isso acontece. Afeta um grande grupo, com grande assessoria jurídica, que ficou sabendo que existiam mecanismos, artifícios que geram, no final do dia, uma tributação muito aquém do que deveria ser paga. Se formos bem sucedidos nesse processo e a tributação consciente for bem sucedida, tudo isso é possível, para continuarmos um processo de reparação social, que já teve o seu início com o redesenho do Bolsa Família e o incremento do pagamento do salário mínimo com aumento real, com o piso de educação e saúde.

Tudo isso sinaliza um processo de recuperação do atendimento de quem mais precisa. Em um país mais igualitário, com mais reparação social e com todas as camadas mais ricas. Um país socialmente mais estável, sem tanta violência, mas equilibrado. Tudo isso é bom para todo mundo.

A **reforma tributária** vai ajudar o cumprimento do arcabouço?

A **reforma tributária** colabora, porque cria condições para mais investimento, mais produtividade na economia, mais crescimento econômico. E tudo isso faz o país voltar a crescer no seu padrão histórico. Se isso acontecer, não haverá necessidade de grandes medidas para garantir tudo isso. Existe um caminho bom pela frente.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/04/5086181-e-preciso-usar-receita-recorrente-diz-secretario-do-tesouro-nacional.html>

Presidente da Unafisco Nacional defende reforma tributária para reduzir desigualdades

Táisa Medeiros

Discutida há mais de 30 anos e com pelo menos seis propostas de emendas à Constituição (PECs) e um projeto de lei no Congresso Nacional, a **reforma tributária** é vista como uma maneira de revisitar a organização do sistema de **impostos** brasileiro, otimizando seu funcionamento e corrigindo distorções. A promessa do governo é avançar, finalmente, nesse tema e, desde fevereiro, a Câmara dos Deputados instituiu um Grupo de Trabalho (GT), para discutir as duas propostas de **reforma tributária** mais recentes do Congresso: a PEC 110/2019, do Senado, e a PEC 45/2019, da Câmara.

O plano é que as duas medidas sejam unificadas a partir dos debates originados no GT. De acordo com o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, as mudanças nos **impostos** brasileiros devem ocorrer em duas etapas. A primeira delas é a tributação sobre o consumo - discussão que está amadurecida no Legislativo. Feita esta etapa, seria alterado, então, o imposto sobre a renda.

No meio das discussões, cada grupo de interesse tende a perseguir melhores condições fiscais para seu setor ou categoria. Para a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**, o Unafisco, a **reforma tributária** é um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal, define o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva. Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), afirma.

Com o objetivo de discutir sobre a importância e complexidade do tema, o Correio Braziliense promove, na próxima quarta-feira (12), o Correio Talks com o tema **Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos**. O debate reunirá diversos especialistas da área econômica, como a própria Unafisco, e será transmitido ao vivo nas redes sociais do jornal. Confira a entrevista de Mauro Silva ao Correio:

Reforma Tributária

A Unafisco Nacional entende que a reforma é um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal,

o crescimento mais consistente do **PIB** e a geração significativa de emprego e renda. Mas é preciso incluir nela a tributação do patrimônio, da renda, especialmente na parte dos lucros e dividendos, para além da reforma sobre o consumo. Não há empecilho para que outras propostas ocorram de forma concomitante à do consumo, trata-se de uma escolha política.

Desigualdades

As consequências que se sobressaem são o desenvolvimento econômico defasado e o aumento das desigualdades regionais e sociais. A enorme quantidade de leis, o volume do contencioso judicial e administrativo e o custo de conformidade tributária são alguns dos fatores que desestimulam os investimentos. A não correção da tabela do Imposto de Renda e a não tributação dos lucros e dividendos, por exemplo, violam o princípio constitucional de igualdade no que se relaciona à capacidade contributiva. Além disso, a existência da guerra fiscal entre estados, proveniente da disputa pela cobrança de **tributos**, enfraquece o federalismo brasileiro e acaba beneficiando apenas algumas empresas.

Redesenho

O redesenho do sistema tributário é uma medida imperativa haja vista que afeta as famílias brasileiras, na qualidade de contribuintes, e os entes federativos que disputam uns com os outros pela legitimidade da cobrança de determinado tributo. Também é preciso considerar a complexidade oriunda da existência de 27 diferentes legislações de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e dezenas de legislações de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Isso tudo afeta o custo das empresas e desestimula o investimento e a geração de emprego e renda.

Imposto único

É preciso calibrar bem a setorização de alíquotas do imposto único, o novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) subnacional, para não onerar demasiadamente alguns setores que hoje estão alinhados com outro nível de alíquotas. Uma calibragem mal feita pode transferir para a classe média um peso enorme e desproporcional da carga

tributária, especialmente no que se relaciona com a tributação da saúde e da educação.

Distorções

As classes média e baixa são as mais afetadas com o sistema tributário vigente, pois arcam com uma carga tributária proporcionalmente mais elevada que os mais ricos. A correção da tabela do Imposto de Renda, assim como a reforma da tributação do patrimônio e herança seriam fundamentais para promover maior equidade entre as faixas de renda e podem ser realizadas neste momento, de forma simultânea à **reforma tributária** sobre o consumo.

Demora

A primeira proposta de **reforma tributária** sobre o consumo foi a PEC 175/1995. É um tema pertinente à agenda tributária há muito tempo. A discussão enfrenta resistência por setores beneficiados pelo sistema atual, bem como assusta os entes federativos com medo de perder receitas.

Expectativa

É possível concluir a reforma ainda este ano, se observarmos, na prática das duas casas do parlamento, o empenho prometido pelo governo e se o presidente Lula usar a sua tão bem conhecida e respeitada capacidade de negociação que foi destacada nos dois primeiros períodos como presidente.

Justiça fiscal

Ela é fundamental nesse sentido, pois é capaz de corrigir as distorções presentes no sistema atual, mas deve englobar a reforma sobre a renda, patrimônio, lucros e dividendos e o financiamento da previdência, haja vista que a **reforma tributária** sobre o consumo, por si só, não será capaz de corrigir todos os problemas, especialmente aqueles relacionados à justiça fiscal. Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do **PIB**. Serão majoritariamente afetadas as famílias de classe média e baixa, que atualmente são excessivamente oneradas e por não serem beneficiadas pelo aumento na oferta de empregos.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/negocios/2023/04/5-086177-presidente-da-unafisco-nacional-defende-reforma-tributaria-para-reduzir-desigualdades.html>

Regra fiscal, juros e novo PAC : o foco do governo Lula após os primeiros 100 dias

Por Pedro Henrique Gomes, Guilherme Mazui e Delis Ortiz, g1 e TV Globo - Brasília

Passados os primeiros 100 dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve redirecionar os esforços das equipes para três temas principais:

Lula deseja, ao final de 2023, ver a economia crescer além das previsões atuais - o mercado financeiro estima alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 0,9% e o governo, de 1,61%.

Para isso, segundo o ministro da Casa Civil, Rui Costa, o governo busca um equilíbrio - incentivar investimentos sem descuidar das contas públicas.

Até o momento, em pouco mais de três meses do terceiro mandato, Lula relançou programas que foram interrompidos ou esvaziados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro - como Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida e Mais Médicos - e começou a retomar parcerias e alianças internacionais.

"O que nós fizemos foi organizar o governo, fazer gestão e retomar programas para cuidar de pessoas, cuidar de gente", avaliou Costa.

De acordo com o ministro, o governo reforçará o Farmácia Popular até o final deste mês. A ação, que distribui medicamentos à população de baixa renda, sofreu com a falta de recursos no governo Bolsonaro.

"A prioridade [do governo] é o equilíbrio fiscal junto com o atendimento das demandas sociais. Isso pautando na geração de emprego através da atividade econômica", disse Costa.

Superado o marco de cem dias, o governo quer apresentar novas marcas. Uma das apostas é o plano de investimentos que será lançado neste mês, cujo nome ainda não foi definido.

O programa é chamado internamente de novo PAC, em alusão ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que reuniu grandes obras durante os governos petistas.

Lula, no entanto, quer outro nome para o plano, que vai reunir investimentos da União, concessões e

parcerias público-privadas, a serem executados nos próximos anos em áreas como transportes, energia, saneamento e prevenção de desastres.

Vamos inovar porque o governo federal nunca fez parceiro público-privada. Vamos fazer para acelerar a infraestrutura, para gerar emprego, reduzir custos da iniciativa privada e, portanto melhorar o desempenho da economia, diz Rui Costa.

O governo incluirá no plano retomada, aceleração e começo de obras. O Planalto planeja utilizar fundos públicos para ajudar a garantir a viabilidade dos projetos com a iniciativa privada.

Lula tentará enviar o projeto do novo arcabouço fiscal nesta semana ao Congresso Nacional. O texto é uma proposta para substituir o atual teto de gastos, regra em vigor que limita o crescimento das despesas do governo à **inflação**.

O envio dessa nova proposição é uma obrigação incluída na PEC da Transição, aprovada e promulgada ainda em 2022 para permitir o cumprimento de promessas do governo eleito.

O projeto permite que as despesas cresçam acima da **inflação** e estabelece regras para voltar a ter superávit nas contas públicas. Após o envio, o governo terá de negociar eventuais mudanças no texto para convencer deputados e senadores a aprovarem a medida.

O sucesso servirá de termômetro da força do Planalto na futura discussão da **reforma tributária** no Congresso, prevista para este primeiro ano de mandato.

"A medida de arcabouço e de **reforma tributária** busca criar as condições para a queda da taxa de juro. Não é possível crescer a esta taxa de juro. Caindo a taxa de juros vamos ter investimento no comércio, na indústria, na infraestrutura. Os projetos de PPP e de concessão ficarão de pé", disse Rui Costa ao g1.

Planalto insistirá na cobrança para que o BC reduza a taxa básica de juros da economia, a Selic, que está em 13,75% ao ano. O BC mexe no patamar da Selic para tentar evitar a alta da **inflação**.

A próxima reunião para tratar da Selic ocorre em maio.

Como o BC é autônomo e o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, tem mandato até o ano que vem, cabe a Lula e aos ministros discursar a favor da redução e adotar políticas capazes de garantir o equilíbrio fiscal.

O governo argumenta que o atual patamar da Selic encarece o crédito, o que dificulta o crescimento da economia.

O Planalto tentará aprovar no Congresso 12 medidas provisórias (MPs) editadas por Lula.

As mudanças na legislação feitas pelas MPs entram em vigor após a publicação no Diário Oficial da União, mas devem ser aprovadas em quatro meses para que não percam a validade.

A aprovação exigirá que o governo supere o impasse entre Câmara e Senado sobre o rito de análise das MPs. As votações também darão ideia do tamanho da base do governo no Congresso.

O governo espera instalar de seis a sete comissões mistas (deputados e senadores) para analisar as MPs, sendo quatro ainda nesta semana. As prioridades do Planalto são:

Nesta terça (11), 101º dia do governo, Lula deve viajar à China em uma viagem oficial que foi adiada em razão da broncopneumonia que acometeu o presidente em março.

Em Pequim, o petista se reunirá nesta semana com o presidente chinês Xi Jinping. A China é o principal parceiro comercial do Brasil.

Lula pretende manter uma agenda internacional intensa para consolidar o retorno do Brasil aos fóruns internacionais.

O presidente tem previsão de visitar Portugal e Espanha neste mês e de ir ao Japão em maio para a reunião do G7, grupo dos países mais ricos do mundo.

Com a aposentadoria do ministro Ricardo Lewandowski nesta terça-feira (11), Lula fará sua primeira indicação para o Supremo Tribunal Federal (STF) neste terceiro mandato.

O presidente ainda não anunciou o escolhido, porém nos bastidores um dos favoritos é o advogado Cristiano Zanin, que defendeu Lula em processos.

Após definir o indicado, Lula e ministros terão de trabalhar pela aprovação do nome no Senado Federal.

O esforço se repetirá neste ano, já que o presidente

indicará um segundo ministro para o STF após a aposentadoria da ministra Rosa Weber. Lula também indicará o procurador-geral da República ao término do mandato de Augusto Aras à frente do Ministério Público Federal.

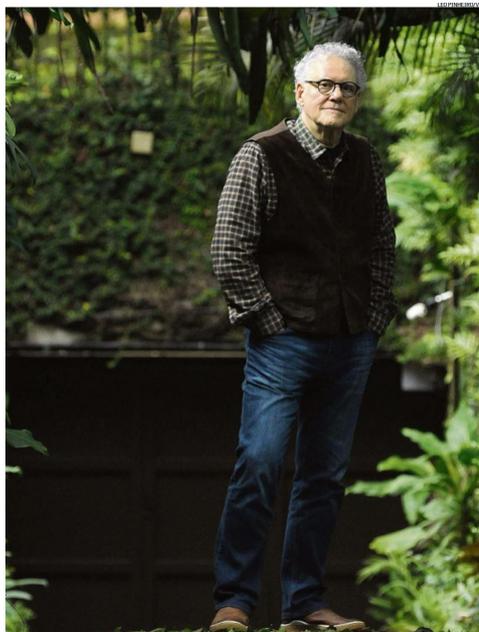
Lula chega aos 100 dias de governo com aprovação de 38% e 29% de reprovação, segundo pesquisa Datafolha. O governo é considerado regular 30% dos entrevistados.

A aprovação, segundo o Datafolha, fica atrás dos parâmetros alcançados por Lula nos mandatos anteriores (43% e 48%), mas acima de Jair Bolsonaro (32%).

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/04/10/regra-fiscal-juros-e-novo-pac-o-foco-do-governo-lula-apos-os-primeiros-100-dias.ghtml>

"Ajuste fiscal, pela primeira vez, virou uma política do PT"



Abranches: para sociólogo, crise com Forças Armadas desinfiou, "mas o problema está longe de estar resolvido"

Ricardo Mendonça De São Paulo

Para o sociólogo e escritor Sergio Abranches, a principal novidade nos primeiros cem dias do terceiro governo Luiz Inácio Lula da Silva é a tentativa de combinar as políticas sociais que o PT sempre defendeu com um ajuste fiscal desta vez criado e defendido pelos próprios petistas.

A diferença notável, destaca, é que nos governos anteriores do partido a política fiscal mais rígida era adotada a contragosto. Agora "é da cabeça deles", diz. "Não dá para vir depois e dizer que é uma política neoliberal." Criador do conceito do presidencialismo de coalizão, expresso pela primeira vez em um artigo publicado em 1988, Abranches avalia que a governabilidade ficou muito mais difícil após a implosão do modelo de disputa liderado por partidos âncoras, PT e PSDB, que predominou entre 1994 e 2014 e foi enterrado em 2018 com o triunfo de Jair Bolsonaro (PL).

Entende, entretanto, que Lula está sabendo se adaptar ao novo "ecossistema político", agora povoado por um número maior de partidos médios, Centrão anabolizado e concentração maior de poder nas mãos dos presidentes da Câmara e do Senado. A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor: Valor: Qual que é a marca forte dos 100 dias do governo Lula?

Sergio Abranches: É a tentativa de compatibilizar uma política social, que é típica do Lula e do PT, com uma política fiscal, que nunca foi um forte deles. Embora Lula sempre tenha dito que fez superávit nos primeiros governos dele, isso é verdade, sempre houve muita pressão interna nesse campo. Não é uma política orgânica do PT fazer ajuste fiscal. Mas agora é. Então o ajuste fiscal, pela primeira vez, virou uma política do PT.

Valor: É um governo petista mais fiscalista do que os anteriores?

Abranches: Não é que seja mais fiscalista. É que agora ele está oferecendo uma política fiscal ambiciosa, do ponto de vista dos esforços, sem as mesmas resistências que havia no passado. Antes, eles adotavam uma política que não era deles, nunca foi considerada como deles. Adotavam a contragosto. Agora estão adotando uma política que foi formulada por eles, é da cabeça deles. Não dá para vir depois e dizer que é uma política neoliberal. Agora é uma política do governo do PT. Está sendo enviada por Lula e seus ministros ao Congresso.

Valor: O que mais chamou sua atenção nesses 100 dias iniciais?

Abranches: É um governo diferente, de coalizão mais ampla. Então há também uma tentativa de se adaptar ao novo ambiente político, ao novo ecossistema político. Pois há muita mudança na forma como o Legislativo atua.

Valor: Lula venceu, mas deputados que não o apoiaram em 2022 são mais numerosos do que os que o apoiaram. Qual deve ser a tática do governo nesse cenário?

Abranches: Eu acho que o Lula está fazendo o certo até agora nessa questão. O que tem aí é um pouco mais estrutural. Desde 2010 há um processo de redução do tamanho médio das bancadas. Aconteceu com o MDB, o antigo PFL [União Brasil], PSDB e com o PT. No governo Fernando Henrique tinha partido com mais de 100 deputados, não existe mais. Isso gerou uma mudança radical na composição do Congresso, um número muito grande de bancadas médias e pequenas, de 30 ou 40 deputados. Aí a quantidade de pontos de veto no Legislativo passa a

ser muito grande. Então a governabilidade ficou muito mais complexa. As coalizões têm de ser maiores, elas são necessariamente mais heterogêneas. Isso cria um baita problema de articulação política. Bolsonaro resolveu isso de uma forma muito fácil. Ele abdicou de fazer política, entregou um orçamento secreto ao Arthur Lira [presidente da Câmara] e foi cuidar do que ele gostava de fazer: motociata, arma. Ele não tinha interesse em política educacional, em saúde...

Valor: Mas e o Lula?

Abranches: Quando chega o Lula, não é que o Congresso seja mais à direita. É que está mais amorfo. Tem mais Centrão do que tudo. Tem muito parlamentar que não tem convicção programática de nenhuma espécie. Então ficou muito mais complicado. E essa redução do tamanho das bancadas foi agravada em 2018 por outra mudança radical, que foi a ruptura de um padrão de formação de governo e oposição que vinha desde 1994. Era um sistema de disputa bipartidária para presidente, PT e PSDB, os dois partidos âncoras. As terceiras forças nunca passaram de 20%. Outros partidos buscavam bancadas com vistas a fazerem parte da coalizão do governo ou, se fosse o caso, oposição.

Valor: Esse modelo implodiu.

Abranches: Sim. Houve o desaparecimento do PSDB, virou nanico, perdeu a vocação presidencial. E tem a redução do PT, que é âncora só na esquerda não tem capacidade de aglutinação para formar maioria entrando nos partidos de centro ou mais liberais. E o partido do Bolsonaro, PL, também não é âncora de nada. Bolsonaro nunca foi liderança importante no Legislativo, não tem capacidade de aglutinação.

Valor: Qual a consequência?

Abranches: O presidencialismo de coalizão está em crise. A capacidade de formação de maioria no Congresso diminuiu muito. E isso tudo deu muito mais poder aos presidentes da Câmara e do Senado. Porque são eles que manejam uma série de mecanismos de poder. Então agora o processo de articulação do governo com o Congresso é diferente. Tem de passar necessariamente pelos presidentes das duas casas e pelo colégio de líderes, que também é poderoso. Eu vejo que Lula sabe se adaptar a isso. Essa ideia de mostrar as propostas antes para eles, como ocorreu no caso do arcabouço, de prestigiar, isso é uma estratégia. Mostra certo aprendizado.

Valor: Para enterrar o orçamento secreto, foi feito um arranjo de ampliação das emendas impositivas individuais. Deputado agora tem R\$ 30 milhões de emendas garantidas, senador tem R\$ 60 milhões.

Com isso, eles não dependem mais do governo para levar recursos à sua base. Isso faz muita diferença na relação com o Congresso?

Abranches: Faz. E vai depender também de como é que os parlamentares vão se comportar na votação do arcabouço fiscal. Porque esse novo arcabouço enquadra qualquer tipo de despesa, inclusive as impositivas. Então isso aí agora vai ficar submetido ao crivo da nova regra fiscal. Prova velmente vão perceber isso e vai haver uma certa resistência.

Valor: Mas chega a ser um risco à aprovação do arcabouço fiscal?

Abranches: O problema [dos parlamentares] é que não têm muita saída. Porque se são responsabilizados por um desequilíbrio econômico por não aprovarem o arcabouço, isso reduz muito a capacidade de reeleição. Aí os adversários locais vão dizer que o cara é responsável pelo desemprego, inflação.

Valor: O número de partidos começa a declinar. Lula deve se beneficiar disso?

Abranches: De imediato, não. Ninguém vai se beneficiar. Tem 40 anos que eu falo sobre reforma política e sempre falo desse problema. A gente acha que a lei condiciona o comportamento. Aí o sujeito pensa assim: "Se eu mudar a lei, eu vou mudar o comportamento eleitoral". Não é assim. Tem efeitos não antecipados que depois a gente vai ter que corrigir. Eu sempre fui a favor de acabar com as coligações proporcionais. E, de fato, com isso a fragmentação caiu muito. Mas qual foi o efeito não antecipado? Em compensação, não há mais capacidade de fazer bancadas grandes, como eu disse anteriormente. Os partidos estão envelhecendo, são pouco eficazes do ponto de vista eleitoral. A população está desencantada com todos eles. Então não há mais partido âncora, não tem referência. Ninguém se beneficia disso.

Valor: Não adiantou nada?

Abranches: Pode mudar. Qualquer mudança na regra eleitoral leva alguns ciclos para amadurecer. Então a gente ainda não sabe o que vai acontecer depois de três ou quatro eleições proporcionais sem coligações e com a cláusula.

Valor: Uma questão que se colocou muito fortemente na primeira semana de mandato foi a da relação de confiança do presidente Lula com as Forças Armadas. Mas o tema esfriou. A questão parece resolvida?

Abranches: Foi desinflada. Em grande medida pelas atitudes do comandante do Exército [Tomás Paiva]. E

o ministro da Defesa, José Múcio, que é muito jeitoso e detesta arestas, tem conseguido pilotar essa desinflação dos ânimos. Mas o problema está longe de estar resolvido. A gente continua tendo uma questão militar, que tem aver com o artigo 142 da Constituição [cuja redação, para alguns, sugere as Forças Armadas como uma espécie de poder moderador]. Quando tentarem mudar o artigo, e tem proposta para isso, acho que veremos o veto militar novamente tentar se impor.

Valor: Qual é a dificuldade?

Abranches: Após a ditadura, nós [civis] abandonamos os militares achando que não voltariam para a política. Quando chegou o Bolsonaro e as Forças Armadas foram reativadas na política, havia falta de informação. Nós paramos de estudar o tema como estudávamos no passado. Precisamos entender melhor o que se passa na corporação para poder remover determinadas ameaças do caminho da democracia.

Valor: Na Colômbia, o presidente Gustavo Petro, de esquerda, mandou para a reserva um grupo grande de generais. Renovou toda a cúpula. Não é o caminho adotado no Brasil. A opção de Lula pela acomodação parece adequada?

Abranches: Falta informação sobre os militares no Brasil. E como eles ficaram muito tempo fora do jogo político, a gente mantém um certo temor de contrariar as Forças Armadas e aí elas reagirem. Tem uma cautela que eu diria excessiva. No caso do Judiciário, por exemplo, isso fica claro na forma pela qual a Lei Anistia tem sido interpretada. Tem essa tolerância em relação à redação do artigo 142, que já foi feito sob temor na Constituinte, com pressão dos militares. São questões que o Brasil não enfrenta. E por isso perpetua essa espada sobre a cabeça da democracia, que é a possibilidade da interferência dos militares para manter a lei a ordem.

Valor: Falando nisso, como avalia o desfecho do 8 de janeiro?

Abranches: Ainda não teve desfecho. Só terá quando os responsáveis pela invasão física das sedes dos Três Poderes, os cabeças e os articuladores, sejam militares, sejam políticos, tiverem punição exemplar. Enquanto não ocorrer, ficaremos com essa outra ameaça importante à democracia. A democracia não pode tolerar esse nível de agressão.

Valor: E em relação ao meio ambiente? Como avalia a fase inicial do governo Lula nessa área?

Abranches: Evidentemente já mudou a maneira pela qual o governo encara a questão. Ter Marina Silva no

Ministério do Meio Ambiente, criar o Ministério dos Povos Indígenas e ainda ter um indígena na direção da Funai muda completamente a visão. O problema é que todos os instrumentos estão desarticulados e semidestruídos. A Funai tem de ser recomposta. O Ibama tinha problema há muito tempo, parte do seu quadro já não tem mais condições físicas de ir a campo com a efetividade necessária. Vai precisar concurso, mas isso demanda tempo e dinheiro.

Valor: Mas e o desempenho do governo Lula nessa área?

Abranches: Eu acho que está muito moroso. A Casa Civil não está liberando as nomeações para cargos essenciais de comando nessas estruturas. Então fica pouca gente para fazer muita coisa. Por outro lado, tem razão para estar lento. Não é deficiência de desempenho de quem está na gestão. E porque há mesmo uma fragilidade. A reconstrução é muito mais demorada e mais cara do que a destruição. E é preciso dizer que o receio nas nomeações, seja por causa de corrupção, seja por risco de infiltração bolsonarista, está fazendo com que decisões sejam muito lentas.

Valor: E em relação à questão ambiental propriamente?

Abranches: A questão ambiental brasileira ficou muito mais difícil depois do Bolsonaro. Porque avançou demais a cumplicidade com grileiros, garimpeiros e desmatadores. E isso permitiu que houvesse uma interseção muito mais forte entre esse tipo de crime, o ambiental, e os crimes de contrabando de drogas e de armas. A região Norte tem um quadro muito complicado. Tem o crime organizado muito bem armado, polícias locais corrompidas, falta de pessoal federal para agir. Há um grau de avanço sobre as terras indígenas e outras áreas com muita destruição. Ficou tudo muito mais difícil. Ao mesmo tempo, ficou muito mais arriscado não fazer nada. Porque a mudança climática já está instalada. Está produzindo eventos mais graves, mais extremos, mais danosos e mais perigosos a cada ano. A ação de adaptação à mudança climática tem que ser muito mais ampla. Nisso, não vejo disposição de governo algum de fazer o que precisa ser feito.

Valor: Bolsonaro voltou ao Brasil no momento em que Lula completa 100 dias de governo. Consegue prever o papel que esse personagem vai desempenhar?

Abranches: Acho que será bem menor do que estão imaginando. Ele volta fraco, derrotado. Dizem que poderá liderar a oposição. Mas não tem oposição para liderar, o que tem são fragmentos de partidos que fazem oposição. Todos os partidos que o apoiaram

estão divididos ou já aderiram ao governo Lula. Ele tem muito processo para responder na Justiça comum, muito problema pessoal para se dedicar. E, além de tudo, o jogo que ele jogou já ficou conhecido. Ele não é mais um fenômeno. Foi um fenômeno lá atrás, quando ninguém percebeu que estava montando uma base suficiente para vencer. O fator surpresa desapareceu.

Valor: Essa campanha liderada pelo próprio presidente pela redução dos juros, com embate público contra o presidente do Banco Central, não é uma novidade?

Abranches: Lula também pressionou o Henrique Meirelles [ex-presidente do BC] para baixar juros. Ele e o vice da época, o José Alencar. A diferença é que agora tem um componente político-ideológico associado ao Banco Central, algo que faz Lula ser mais agressivo. E também faz o presidente do BC ser mais exigente do que era em relação ao governo Bolsonaro. Tem uma ortodoxia que o BC não mostrou no governo anterior. Isso polariza a política fiscal e a monetária, não é bom. E tem uma resistência grande do governo à ideia de um Banco Central independente.

Valor: O que explica?

Abranches: É um presidente do BC nomeado pelo Bolsonaro e que aderiu ao Bolsonaro. Eu acho que uma parte grande da resistência do Lula tem a ver com as atitudes que o Roberto Campos Neto [presidente do BC] tomou quando era Bolsonaro o presidente. De fazer parte de reuniões ministeriais, de estar no grupo de WhatsApp do Bolsonaro, de ir votar com uma camisa da seleção. Ele descumpriu a necessária regra de neutralidade política que um presidente do BC tem de ter. Até já disse que hoje não faria da mesma forma. O fato é que isso serviu para criar a impressão forte de que o Roberto Campos Neto é um bolsonarista [em 13 de fevereiro, durante entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, Campos Neto disse que era importante diferenciar "a proximidade com algumas pessoas da independência de atuação" e citou como evidência da atuação técnica o fato do BC ter subido juros durante o ano eleitoral].

Valor: O senhor acha que tem chance de dar certo?

Abranches: O novo arcabouço fiscal é um modelo engenhoso. Permite escolhas variadas. Então tem chance boa de não sofrer modificações, não ser abandonado numa eventual mudança de governo. E é ambicioso. Não é sem esforço, sem sacrificar algumas convicções do PT e do Lula, que vai conseguir sair de -0,5% e chegar no fim do governo com superávit primário de 1% do **PIB**.

Valor: E a ênfase que vem sendo colocada na **reforma tributária**?

Abranches: A reforma tem um atrativo particular para o Lula e para os petistas, que é essa ideia de botar o pobre no orçamento e o rico na arrecadação. Essa insistência na reforma tem muito a ver com duas preocupações principais do Lula: crescimento econômico continuado, coisa que o Brasil não vê há muito tempo, e a ideia de usar o sistema tributário de uma forma que contribua para a distribuição de renda. Com essa estrutura tributária e, portanto, com a estrutura de gastos dela decorrente, o país tem transferido muito mais dinheiro para os ricos do que para os pobres. Nos oito primeiros anos de Lula, o que seu governo transferiu como Bolsa Família e outros programas foi uma fração do que transferiu aos capitalistas, donos de empresas, via BNDES, Caixa e Banco do Brasil. Sem falar nos subsídios diretos do sistema tributário.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187515>

Sistema tributário não atrai negócios, diz Huawei



Baocheng, da Huawei: "Governo e Congresso precisam encontrar um caminho"

O CEO da Huawei no Brasil, Sun Baocheng, diz que o Brasil está entre os cinco mercados mais atraentes para investidores no mundo, mas observa que o sistema tributário complexo e a insegurança jurídica são obstáculos para estimular mais empresas a se estabelecerem no país. Em entrevista ao Valor, em Pequim, ele cobrou um entendimento entre governo e Congresso Nacional para aprovação da **reforma tributária**.

A empresa chinesa, no Brasil há 25 anos, prevê concluir a implantação da rede 5G no país até 2028, segundo cronograma da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e de participar da expansão do mercado de energia solar.

Baocheng foi um dos palestrantes no encerramento do Fórum Econômico Brasil-China, promovido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), no dia 29 de março em Pequim. No cronograma original, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva iria conhecer a sede da Huawei em Xangai no dia 30. Com o novo calendário, pelo qual Lula embarca para o país asiático nesta terça-feira, a visita à empresa chinesa não está confirmada.

"Todas as empresas chinesas, incluindo a Huawei, estão muito interessadas no Brasil, que está no "top five" dos mercados mais importantes para nós", disse Baocheng.

Ressalvou que o principal obstáculo do governo para atrair mais investimentos, chineses ou de outros países, é a **legislação tributária** e a insegurança

jurídica.

Para Baocheng, "de alguma forma, governo e o Congresso precisam encontrar um caminho para realizar essa **reforma tributária**".

Ele diz que, de outro lado, o Brasil tem atrativos para investidores.

Lembra que o país foi o primeiro da América Latina onde a Huawei começou a operar, em 1998. "Sei que isso [**reforma tributária**] é difícil de solucionar, mas o Brasil será mais atraente do que é agora se essa grande questão for resolvida".

O CEO diz que não planeja novos investimentos no Brasil no curto prazo, mas cita números para demonstrar os aportes da gigante chinesa na economia brasileira.

Segundo Baocheng, a Huawei pagou R\$ 1,6 bilhão em **impostos** ao Tesouro Nacional em 2022 e investiu cerca de R\$ 700 milhões na compra de produtos de fornecedores locais. Nos últimos dez anos, foram R\$ 250 milhões aplicados em P D no país.

O foco da Huawei continua sendo a implementação da rede 5G em todo o país. Desde o leilão de concessão dos direitos de exploração das faixas de frequência para as empresas de telecomunicação, a quinta geração da internet já entrou em funcionamento nas principais capitais brasileiras, como Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Curitiba, citou o executivo.

Ele elogiou a exigência do governo às operadoras de destinarem 90% dos recursos para a instalação da infraestrutura necessária à implantação da rede.

Defensor da premissa de que uma economia digitalizada cria novos espaços de desenvolvimento, Baocheng vê o Brasil trilhando esse caminho, mas acredita que seja possível acelerar esse processo.

Para alcançar esse modelo, Baocheng diz que a prioridade do governo federal e das empresas de telecomunicação deve ser expandir o acesso a redes de qualidade para além das grandes cidades e assegurar boa conexão de internet, também, para todas as mais de 100 mil escolas públicas e hospitais

públicos brasileiros.

Pelo calendário de implementação da rede 5G estabelecido pela Anatel, a quinta geração da internet só vai chegar aos municípios com até 30 mil habitantes em 2028.

Para Baocheng, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) deveria ser investido na aceleração da implantação da infraestrutura de internet, e da rede 5G, em todo o país.

Nos últimos 20 anos, o Fust arrecadou mais de R\$ 20 bilhões das operadoras, mas esses recursos vêm sofrendo contingenciamentos sucessivos nos últimos anos.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187515>

Grupo da reforma tributária na Câmara quer alíquotas diferenciadas para serviços - COLUNA DO ESTADÃO



ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES

Deputados do grupo de trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara veem como irremediável a definição de alíquotas diferenciadas para setores de serviços, como educação, saúde, transporte público e agroindústria, o que enfraquece a tese de tratamento único para todos os contribuintes defendida pelo Ministério da Fazenda. Mauro Benevides Filho (PDT-CE) diz que a educação não poderia sofrer um salto na taxação de cerca de 2% nos **impostos** federais para 25%. "Uma alíquota de 11,5%, 12%, 13% destrava a reforma. Com três alíquotas diferenciadas, as empresas se acalmam". Reginaldo Lopes (PT-MG) quer uma "alíquota de equilíbrio" para setores selecionados, com a previsão de cashback para a venda de serviços a contribuintes de baixa renda.

I INDEFINIÇÃO. "Com cashback, a alíquota de equilíbrio desses setores não precisaria ser tão baixa", afirma Lopes, em referência ao patamar sugerido por Benevides. A Fazenda não bateu o martelo sobre se topa ceder no tratamento diferenciado a alguns setores, ainda que repita o mantra de que a decisão será do Parlamento.

I COMO... Benevides diz ainda que 90% dos

problemas da reforma estariam resolvidos se a Fazenda topasse retirar a exigência de comprovação de pagamento do imposto na etapa anterior para liberar que o próximo elo da cadeia retire o tributo do valor da sua venda.

I ... FAZ. A Fazenda defende que a previsão seja mantida, ainda que como possibilidade, não obrigação. No futuro, a ideia é que os **impostos** sejam divididos imediatamente entre os entes federados no momento da emissão da nota fiscal.

I CONDIÇÃO. O PDT sinalizou que só aceita ingressar no bloco de Arthur Lira (PP-AL) na Câmara se a premissa for de que não se trata de um grupo de opositores ao governo Lula.

I LIBERA. Nas votações em plenário, os partidos reunidos em bloco devem seguir a mesma orientação. André Figueiredo (CE), líder do PDT, afirma que, neste caso, o bloco liberaria os deputados a votarem de acordo com as suas siglas, isoladamente.

I SEGUE. Apesar de divergências em SP, o PDT mantém o plano de concluir a federação com o PSB a tempo das eleições de 2024. Na capital, José Luiz Datena (PDT) e Tabata Amaral (PSB) desejam se candidatar.

O prazo previsto é encerrar as discussões internas até julho e iniciar a aliança até maio do ano que vem. O Solidariedade só deve ingressar no grupo após o pleito de 2026.

I PLANO A. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), é visto por integrantes do seu grupo político como o nome mais provável para disputar o governo de Minas Gerais, em 2026.

A ideia é fazer um contraponto ao candidato apoiado pelo governador Romeu Zema (Novo), que faz oposição ao governo Lula.

I PLANO B. Aliados de Pacheco ficaram preocupados ao vê-lo como um dos possíveis cotados para a terceira vaga no STF na gestão Lula - caso o ministro Luís Roberto Barroso antecipe a sua aposentadoria - o

que poderia frustrar o plano.

PRONTO, FALEI!

José Nelto

Deputado federal (PP-GO) "O governo é preguiçoso, não quer cortar gastos. Temos agora que combater a burocracia e dar velocidade ao governo, para que ele pegue no tranco."

CLICK

Rubens Pereira Júnior

Deputado federal (PT-MA) Ao lado de outros parlamentares, acompanhou a comitiva do presidente Lula e ministros a Bacabal, no Maranhão, para verificar o impacto das chuvas.

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA
Grupo da **Reforma Tributária** na Câmara quer alíquotas diferenciadas para serviços

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Uma via para a justiça fiscal

Wallace Martins/Esp. CB/D.A Press



TAÍSA MEDEIROS

»»PONTO A PONTO | Mauro Silva | presidente da Unafisco Nacional

Discutida há mais de 30 anos e com pelo menos seis propostas de emendas à Constituição (PECs) e um projeto de lei no Congresso Nacional, a **reforma tributária** é vista como uma maneira de revisitar a organização do sistema de **impostos** brasileiro, otimizando seu funcionamento e corrigindo distorções. A promessa do governo é avançar, finalmente, nesse tema e, desde fevereiro, a Câmara dos Deputados instituiu um Grupo de Trabalho (GT), para discutir as duas propostas de **reforma tributária** mais recentes do Congresso: a PEC 110/2019, do Senado, e a PEC 45/2019, da Câmara.

O plano é que as duas medidas sejam unificadas a partir dos debates originados no GT. De acordo com o secretário especial do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, as mudanças nos **impostos** brasileiros devem ocorrer em duas etapas. A primeira delas é a tributação sobre o consumo - discussão que está amadurecida no Legislativo. Feita esta etapa, seria alterado, então, o imposto sobre a renda.

No meio das discussões, cada grupo de interesse tende a perseguir melhores condições fiscais para seu setor ou categoria. Para a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil**, o Unafisco, a **reforma tributária** é "um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal", define o presidente da Unafisco Nacional, Mauro Silva. "Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**)", afirma.

Com o objetivo de discutir sobre a importância e complexidade do tema, o Correio Braziliense promove, na próxima quarta-feira (12), o Correio Talks com o tema "**Reforma Tributária: o Brasil quer impostos justos**". O debate reunirá diversos especialistas da área econômica, como a própria Unafisco, e será transmitido ao vivo nas redes sociais do jornal. Confira a entrevista de Mauro Silva ao Correio: **Reforma Tributária** A Unafisco Nacional entende que a reforma é um caminho para que possa ser alcançada a justiça fiscal, o crescimento mais consistente do **PIB** e a geração significativa de emprego e renda. Mas é preciso incluir nela a tributação do patrimônio, da renda, especialmente na parte dos lucros e dividendos, para além da reforma sobre o consumo. Não há empecilho para que outras propostas ocorram de forma concomitante à do consumo, trata-se de uma escolha política.

Desigualdades As consequências que se sobressaem são o desenvolvimento econômico defasado e o aumento das desigualdades regionais e sociais. A enorme quantidade de leis, o volume do contencioso judicial e administrativo e o custo de conformidade tributária são alguns dos fatores que desestimulam os investimentos. A não correção da tabela do Imposto de Renda e a não tributação dos lucros e dividendos, por exemplo, violam o princípio constitucional de igualdade no que se relaciona à capacidade contributiva. Além disso, a existência da guerra fiscal entre estados, proveniente da disputa pela cobrança de **tributos**, enfraquece o federalismo brasileiro e acaba beneficiando apenas algumas empresas.

Redesenho O redesenho do sistema tributário é uma medida imperativa haja vista que afeta as famílias brasileiras, na qualidade de contribuintes, e os entes federativos que disputam uns com os outros pela legitimidade da cobrança de determinado tributo. Também é preciso considerar a complexidade oriunda da existência de 27 diferentes legislações de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e dezenas de legislações de ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza). Isso tudo afeta o custo das empresas e desestimula o investimento e a geração de emprego e renda.

Imposto único É preciso calibrar bem a setorização de alíquotas do imposto único, o novo IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) subnacional, para não onerar demasiadamente alguns setores que hoje estão alinhados com outro nível de alíquotas. Uma

calibragem mal feita pode transferir para a classe média um peso enorme e desproporcional da carga tributária, especialmente no que se relaciona com a tributação da saúde e da educação.

Distorções As classes média e baixa são as mais afetadas com o sistema tributário vigente, pois arcam com uma carga tributária proporcionalmente mais elevada que os mais ricos. A correção da tabela do Imposto de Renda, assim como a reforma da tributação do patrimônio e herança seriam fundamentais para promover maior equidade entre as faixas de renda e podem ser realizadas neste momento, de forma simultânea à **reforma tributária** sobre o consumo.

Demora A primeira proposta de **reforma tributária** sobre o consumo foi a PEC 175/1995. É um tema pertinente à agenda tributária há muito tempo. A discussão enfrenta resistência por setores beneficiados pelo sistema atual, bem como assusta os entes federativos com medo de perder receitas.

Expectativa É possível concluir a reforma ainda este ano, se observarmos, na prática das duas casas do parlamento, o empenho prometido pelo governo e se o presidente Lula usar a sua tão bem conhecida e respeitada capacidade de negociação que foi destacada nos dois primeiros períodos como presidente.

Justiça fiscal Ela é fundamental nesse sentido, pois é capaz de corrigir as distorções presentes no sistema atual, mas deve englobar a reforma sobre a renda, patrimônio, lucros e dividendos e o financiamento da previdência, haja vista que a **reforma tributária** sobre o consumo, por si só, não será capaz de corrigir todos os problemas, especialmente aqueles relacionados à justiça fiscal. Sem ela, as desigualdades regionais e sociais poderão até mesmo continuar aumentando, assim como a defasagem no crescimento do **PIB**. Serão majoritariamente afetadas as famílias de classe média e baixa, que atualmente são excessivamente oneradas e por não serem beneficiadas pelo aumento na oferta de empregos.

Nos 100 dias de Lula, associações empresariais veem ruídos, avanços e miram reforma tributária

Painel S.A.

Na véspera dos 100 dias do governo Lula, a **reforma tributária** está no topo das expectativas e a taxa de juros lidera as preocupações de associações que representam diversos setores do empresariado.

Na opinião de José Velloso, presidente-executivo da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), a **reforma tributária** é uma das prioridades para garantir a competitividade da indústria.

"É importante que o Brasil tenha responsabilidade fiscal, que seja cumprido esse arcabouço e que a gente consiga diminuir os juros", afirma Velloso.

Sergio Mena Barreto, CEO da Abrafarma, pede tratamento diferenciado ao setor na reforma para reduzir a carga tributária, mas diz que o governo não tem dado sinais de que essa demanda será atendida.

Carlos Eduardo Gouvêa, da Abiis (também do setor de saúde), pede reforma administrativa.

"Não apenas a tributária, que já está em discussão, e que deve tratar o segmento de saúde de forma neutra, mas também olhar a questão do arcabouço fiscal. Seria o momento mais do que oportuno para a tão falada no passado, e momentaneamente esquecida, reforma administrativa", afirma Gouvêa.

Na visão de Paulo Solmucci, da Abrasel (bares e restaurantes), o governo poderia ter evitado ruídos, mas ele diz que o setor está "confiante de que as dificuldades iniciais possam ser superadas".

Para o setor de biocombustíveis, o saldo dos 100 primeiros dias do governo Lula atendeu as expectativas. De acordo com Donizete Tokarski, da Ubrabio (União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene), o diálogo com o segmento resultou na elevação do percentual obrigatório da mistura do biodiesel ao diesel para 12% -a medida foi anunciada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, no mês passado.

Na opinião de Antonio Britto, diretor-executivo da Anahp (associação dos hospitais privados), a equipe econômica de Lula dá passos na direção certa, mas "o governo, como um todo, ainda parece tentar construir uma difícil unidade".

Joana Cunha com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2023/04/nos-100-dias-de-lula-associacoes-empresariais-veem-ruídos-avancos-e-miram-reforma-tributaria.shtml>

Com salário mínimo, políticas públicas e cultura, governo avançou na reconstrução social

Redação RBA

São Paulo - "A cultura toma posse" era o tema quando a cantora Margareth Menezes assumiu o Ministério da Cultura, no segundo dia de janeiro. A cerimônia marcava a volta do Minc, reduzido a secretaria no governo anterior, marcado mais por arroubos conservadores do que por políticas efetivas. "O desmonte não trouxe só consequências econômicas, mas também muita dor", disse Margareth. A questão cultural, que busca descentralizar o acesso, soma-se a iniciativas ligadas à área social, na saúde e nos direitos humanos, que tiveram protagonismo nos 100 primeiros dias de governo. Já a área fiscal segue como desafio a atravessar, até para garantir sequência nas ações.

Política para o salário mínimo

Também nos primeiros 100 dias de governo Lula, um assunto se impunha: a política de valorização do salário mínimo, efetivada justamente em seu primeiro mandato, a partir de uma demanda das centrais sindicais. Virou lei, foi interrompida na gestão anterior e agora está sendo reimplementada. Na última terça-feira (4), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu - novamente das centrais - documento com elaboração do Dieese propondo reajustes contínuos do piso nacional, acima da **inflação**, pelas próximas décadas .

"É um dia muito especial, que marca a retomada do que nunca deveria ter sido interrompido, o diálogo com a classe trabalhadora de uma pauta tão crucial como o reajuste do salário mínimo", destacou o presidente da CUT, Sérgio Nobre. O diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Jr., observa que a proposta prevê meta de crescimento do salário mínimo a longo prazo, "que pode e deve ser revista a cada 10 anos". Em torno de 60 milhões de pessoas têm o salário mínimo como referência. Assim, trata-se principalmente de uma política de redistribuição de renda.

Áreas de pobreza

A retomada, com incrementos, do Mais Médicos, dá um passo também na direção da população mais

pobre. O governo espera ter até o final do ano 28 mil profissionais pelo país, em especial nas áreas de pobreza extrema. "Com isso, mais de 96 milhões de brasileiros terão a garantia de atendimento médico na atenção primária, porta de entrada do SUS", afirma o Ministério da Saúde. Para a ministra Nísia Trindade, o programa "voltou para responder ao desafio da presença de médicos nos municípios mais distantes dos grandes centros e nas periferias das cidades".

Depois de um governo que deixou como marcas declarações contrárias à ciência e até de desprezo às vítimas, a atual gestão reforçou a campanha de vacinação contra a covid. Apesar de menos intensa e letal, a pandemia continua fazendo vítimas. Com isso, em 28 de março o país atingiu o triste número de 700 mil mortes desde seu início, em 2020. Segundo a pasta da Saúde, em torno de 7 milhões de doses bivalentes já foram aplicadas.

Na linha do fortalecimento do SUS, o governo estuda medidas para estimular a produção industrial interna e, assim, reduzir a dependência do Brasil. "A expectativa é que, em até dez anos, 70% das necessidades do SUS em medicamentos, equipamentos, vacinas e outros materiais médicos passem a ser produzidos no país", informa o Ministério da Saúde. "A maior autonomia do Brasil é fundamental para reduzir a vulnerabilidade do SUS e assegurar o acesso universal à saúde."

Memória e violações

No campo dos direitos humanos, talvez a mais esvaziada na gestão anterior, o ministro Silvio Almeida tomou posse com discurso de impacto, a respeito das históricas violações cometidas no Brasil. Esse tom se manteve no último dia 2, quando o recriado Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) encerrou a chamada Semana do Nunca Mais , com atividades relacionadas à memória do golpe de 1964, como a terceira edição da Caminhada do Silêncio, no parque do Ibirapuera, em São Paulo.

Para ele, essas violações, comuns em 1964, estão ligadas a outros eventos históricos mundiais - fascismo e nazismo, por exemplo -, além das ditaduras na

América Latina. "São resultado de um processo histórico que faz parte da mesma linha de continuidade. As técnicas de tortura e violência têm relação direta que faz com que a escravidão, o nazifascismo e as ditaduras estejam interligadas", afirmou o ministro. "Quando falamos dos jovens que morrem nas periferias do Brasil inteiro pela violência policial, estamos no presente. Estamos falando, portanto, de um passado que não passou", acrescentou.

Entre outras ações pró-memória, o MDHC recuperou a Comissão de Anistia, desfigurada pelo governo anterior, defensor da ditadura. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos também deverá retornar. No primeiro trimestre, o Disque 100 recebeu 121 mil denúncias de violações de direitos humanos. Crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas e com deficiência, população LGBTQIA+, pessoas em restrição de liberdade e em situação de rua estão entre as vítimas. Uma novidade é a participação de caminhoneiros em parceria no combate à violência sexual sofrida por crianças e adolescentes.

Políticas para mulheres

Já o Ministério das Mulheres anunciou, no 8 de março, uma série de medidas - enfrentamento à violência, equiparação econômica e saúde, entre outras. Posteriormente, o governo sancionou três leis para ampliar a proteção e o combate a violência. A Lei 14.541, por exemplo, trata de criação e funcionamento ininterrupto de delegacias especializadas.

Outras ações ainda a caminho, como a correção da tabela do Imposto de Renda. A meta anunciada em campanha é garantir isenção para aqueles que ganham até R\$ 5 mil, mas esse valor deverá ser atingido gradualmente. De acordo com cálculos da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**, quase 29 milhões de pessoas ficariam isentas com a correção integral pela **inflação**. A tabela não é corrigida desde 2015.

Prata e bronze

Por ora, os entraves se concentram nas áreas tributária e fiscal. Em audiência recente na Câmara, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, declarou que a **reforma tributária** é a verdadeira "bala de prata" do governo na área econômica.

Para ela, seria ainda mais importante que o chamado arcabouço fiscal (a "bala de bronze"), que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já apresentou ao Congresso. O que se choca com outras áreas sensíveis:

a política monetária, que já levou a um princípio de "guerra" com o Banco Central. Segundo Haddad, as novas regras fiscais, mais que permitir, vão "exigir" queda dos juros. "Se as contas estão em ordem, não tem por que pagar um juro tão alto", afirma o ministro. O Senado marcou para o próximo dia 27 um debate entre ele e o presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Leia também

Notícias Relacionadas:

EXPRESSO 222 - TERESINA - PI

Com salário mínimo, políticas públicas e cultura, governo avançou na reconstrução social

PORTAL VARADA.COM

Com salário mínimo, políticas públicas e cultura, governo avançou na reconstrução social

Site: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/100-dias-governo-salario-minimo-politicas-publicas-cultura-reconstrucao-social/>

Arcabouço e resolução de impasses desafiam política fiscal em 100 dias

Publicado em 09/04/2023 - 12:10

Por

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

A tentativa de recuperar o emprego e a renda em um cenário de juros altos. Tudo em meio ao compromisso de manter as contas públicas sob controle nos próximos anos. Na economia, os 100 primeiros dias de governo foram marcados pelo desafio de equilibrar demandas por crescimento econômico e por responsabilidade fiscal vindas de diferentes setores da sociedade.

No Ministério da Fazenda, a palavra de ordem que dominou os 100 primeiros dias de governo não foi outra: novo arcabouço fiscal. Originalmente previsto para agosto, segundo a Emenda Constitucional da Transição, o envio ao Congresso das regras que substituirão o atual teto de gastos foi antecipado para abril, a fim de permitir o envio do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 dentro do novo modelo.

Apresentado no fim de março, o novo arcabouço combina uma regra de crescimento de gastos atrelada ao crescimento da receita líquida e uma banda de metas de resultado primário. O texto será concluído até esta terça-feira (11), quando deverá ser enviado ao Congresso.

Até agora, especialistas questionam dois pontos: a necessidade de elevar as receitas para cumprir as metas ambiciosas e o caráter pró-cíclico das novas regras, com o governo gastando menos quando a economia cresce pouco. Nos próximos dias, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciará um pacote para reforçar a arrecadação em até R\$ 150 bilhões sem elevar alíquotas, revisão desonerações e tributando setores novos, como o de apostas esportivas .

Em evento recente com representantes do mercado financeiro, Haddad disse que não apenas o arcabouço fiscal, mas também a **reforma tributária**, são necessários para o país voltar a crescer. "Com o combate às distorções tributárias e a criação de um imposto sobre valor agregado, o país chegará a 2024 com um choque de crescimento, projetando também um cenário internacional mais favorável. Chegaremos até o fim do ano com as reformas necessárias para o Brasil ter crescimento sustentável a partir do ano que

vem", declarou o ministro.

Antes mesmo do arcabouço fiscal, o governo emitiu sinais de que pretende reduzir o déficit primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública), apresentando uma série de minipacotes. Em janeiro, o Ministério da Fazenda apresentou um pacote para reforçar o caixa e reduzir o déficit dos R\$ 231,5 bilhões originalmente previstos no Orçamento deste ano para algo em torno de R\$ 100 bilhões.

As medidas envolveram a reversão de desonerações decididas pelo governo anterior e principalmente a mudança no sistema de votação do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, órgão que julga recursos administrativos de contribuintes que devem à **Receita Federal**. O governo pretende arrecadar R\$ 73 bilhões apenas com a retomada do voto de desempate do Ministério da Fazenda.

A retomada do sistema de votação no **Carf** enfrenta obstáculos no Congresso e no Supremo Tribunal Federal. No entanto, em fevereiro, o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) anunciaram um acordo para reduzir as resistências no Judiciário.

Para a professora emérita de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Virene Matesco, o desenho do novo arcabouço fiscal é razoável. Para ela, o governo conseguiu fazer muita coisa, considerando a falta de informações recebidas do governo anterior durante a transição e a tentativa de golpe em 8 de janeiro.

Professor do Departamento de Economia e de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF) André Nassif também elogia o novo arcabouço fiscal. "O que temos dúvida é quando a trajetória de crescimento da dívida pública vai se reverter, mas ela vai em algum momento", acredita. "Tenho impressão de que a questão fiscal está relativamente encaminhada, embora a gente ainda precise ver o projeto de lei."

Nassif também avalia que os Ministérios da Fazenda e do Planejamento conseguiram fazer muito nos 100 primeiros dias. Ele lembra que, mesmo antes da divulgação do arcabouço, a equipe econômica teve de tomar medidas para elevar a arrecadação e criar espaço fiscal para acomodar decisões do governo.

No fim de fevereiro, o governo teve de resolver um impasse em relação aos combustíveis e reonerou parcialmente a gasolina e o etanol por quatro meses. Para evitar que o repasse de preço aos consumidores fosse maior, a Petrobras absorveu parte do reajuste. Para impedir perdas de arrecadação em relação ao plano anunciado em janeiro, o governo taxou, também por quatro meses, as exportações de petróleo cru.

Nestes 100 dias, a equipe econômica também teve de adiar despesas ou arranjar recursos para cumprir medidas decididas pelo governo. Por falta de recursos no Orçamento, o aumento do salário mínimo para R\$ 1.320 foi adiado para maio. O dinheiro virá da revisão de cadastros irregulares no Bolsa Família.

O Ministério da Fazenda teve de encontrar soluções para cumprir uma promessa de campanha: a correção da tabela do Imposto de Renda e a elevação da faixa de isenção para R\$ 2,6 mil . Os recursos virão da regulamentação das apostas esportivas online , que deverão pagar Imposto de Renda, com as empresas devendo pagar outorgas ao governo.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-04/arcabouco-e-resolucao-de-impasses-desafiam-politica-fiscal-em-100-dias>

Sinais dúbios tumultuam os primeiros 100 dias de Haddad

Alexa Salomão

Iniciou o debate da **reforma tributária** e apresentou as diretrizes da nova regra fiscal, encaminhando dois temas urgentes, mas atuou de forma errática e ainda não alcançou o que o governo mais quer, um cenário estável para o crescimento. É assim que boa parte dos economistas define a condução da política econômica nos cem primeiros dias de Fernando Haddad à frente do Ministério da Fazenda.

Existe a ambição declarada de estabilizar as contas públicas já no ano que vem. A equipe econômica levou a projeção para o resultado primário, a diferença entre despesas e receitas do governo (menos juros), de um déficit de -2% para - 0,5% neste ano, com a promessa de zerar em 2024.

No entanto, ainda não deixou claro como vai chegar até lá. Haddad, afirmam, começou e terminou o primeiro trimestre preocupado em elevar a arrecadação para garantir os gastos.

Ao mesmo tempo, ele faz coro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para questionar a condução da política de juros do BC (Banco Central) autônomo, presidido por Roberto Campos Neto.

Enfim, são sinais considerados dúbios, que alimentam a incerteza -o pior ambiente para a economia, afirmam os analistas.

"Não tinha dúvidas de que embates ocorreriam, mas para minha surpresa, vieram muito cedo, o que prejudica não apenas o crescimento no curto prazo, mas a expectativa de crescimento futuro", diz Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

O economista José Júlio Sena, também do FGV Ibre, reforça essa análise.

"A simples mudança de governo melhorou a perspectiva em áreas vitais para o crescimento, como a educação, item básico para a produtividade, a volta das relações internacionais, depois de o país ficar isolado, e o resgate da política ambiental, essencial nas trocas econômicas no século 21" afirma Sena.

"Mas para a economia funcionar redondinha, a gente precisa de estabilidade macroeconômica, e isso deixou a desejar nesse começo de governo, principalmente por causa dos ataques ao Banco Central."

As divergências, explicam eles, pioraram as projeções da própria **inflação**, o que retarda a queda dos juros almejada pelo governo para aliviar o arrocho do crédito, que prejudica as empresas e famílias.

No final de setembro, antes do primeiro turno, o relatório Focus, que reúne cenários macroeconômicos, apontava um IPCA, índice oficial de **inflação**, de 5% em 2023.

Em dezembro, após o governo a provar um pacto que ampliava as despesas, o IPCA projetado para este ano subiu para 5,31%,

No boletim mais recente, divulgado em 3 de abril, a projeção de **inflação** para o ano havia subido para 5,96%.

Os discursos de Lula e apoiadores sobre rever a meta de **inflação**, para reduzir os juros mais depressa, também estão afetando expectativas de longo prazo. Para 2025, o mercado já trabalha com uma **inflação** de 4%, precisando das falas do presidente. Antes da eleição, a projeção para o período era de 3%.

Enquanto isso, o dólar não cede. Fica na casa de R\$ 5,25, quando alguns economistas avaliam que já poderia estar em R\$ 4,80. A taxa de crescimento se move lentamente e até recua em 2025.

Alguns analisam que erros de estratégia da própria Fazenda ajudaram a azedar os humores.

Dentro do próprio PT há quem se pergunte a razão pela demora em indicar os dois diretores do BC a quem o governo já tem direito.

Os mandatos terminaram em 28 de fevereiro. A Fazenda poderia ter avaliado os nomes antes e agilizado a sabatina no Senado.

Dois novos integrantes no BC não mudariam a política monetária, mas poderiam estabelecer um diálogo mais diverso, acreditam esses interlocutores. Até agora, a

troca não ocorreu.

Alguns também acreditam que haveria menos estresse caso a regra fiscal -que é um sinal oficial de compromisso com as contas públicas- tivesse vindo antes. Haddad não priorizou a medida, enviando antes disso iniciativas de reoneração de **impostos**.

A Emenda Constitucional 126 estabeleceu que o governo dever enviar ao Congresso um novo regime fiscal até 31 de agosto desse ano.

Inicialmente, apesar de contar com inúmeras propostas, inclusive uma produzida pelo grupo de transição do próprio governo, o ministro declarou que a regra seria apresentada no primeiro semestre. Depois, mudou para abril.

Reduzir o prazo só virou prioridade quando, pouco antes do Carnaval, o discurso contra os juros altos incorporou a ideia de destituir Campos Neto. A Fazenda correu para tentar divulgar a regra antes da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), em 21 e 22 de março. Não deu tempo.

A regra veio em 30 de março, apresentada em um PowerPoint. A data de envio do projeto de lei ainda é incerta. Não está garantido que virá na semana seguinte à Páscoa.

"A evolução da agenda foi ruim. O primeiro objetivo dele, desde o início, deveria ter sido a regra fiscal", diz a economista Elena Landau.

"Mas ele colocou a regra fiscal em segundo plano, e o fato de ter feito isso nos fez perder muito tempo. E ele ainda entrou na discussão do Banco Central. Um grande erro."

O vaivém da Fazenda está frustrando boa parte dos petistas e economistas ditos não liberais.

"A Fazenda está contando que, coma **reforma tributária** e a nova regra fiscal, vai criar um ambiente para aumentar o investimento privado, e não os gastos do governo. Ou seja, sinaliza a opção por uma política fiscal que, entendo, será contracionista", diz Simone Deos, pesquisadora Sênior do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

Segundo ela, apesar da grita do mercado, Haddad optou por uma estratégia liberal, com algumas pitadas progressistas, mas sem os componentes necessários para o que importa, fomentar o crescimento econômico.

"O investimento só ocorre quando as empresas têm expectativas claras de que vão vender mais e ganhar

mais, mas, nesse momento, as empresas estão se desintegrando e não há perspectiva de crescimento", afirma ela.

"O investimento não virá de sinalizações para o mercado financeiro, mas de um plano em que governo e empresas privadas possam investir juntos."

O economista-sênior da área de Macroeconomia da LCA, Bráulio Borges, reforça que Lula 3 ocorre em um contexto político muito particular, que contribuiu para tensionar o ambiente nesse primeiro momento.

Ainda na transição foi preciso negociar com o Congresso ampliar o Orçamento com uma PEC (proposta de emenda à Constituição). Ali o governo, antes da posse, já se expôs, por entender a necessidade de mudar o patamar de gasto, que subiu de 17,5% do **PIB** (Produto Interno Bruto) para 19%.

Em janeiro, veio um segundo evento, que mudou Lula, diz o economista. O discurso de inclusão e coalizão se moveu mais à esquerda. "Quando a gente olha o impacto da política sobre a economia, e vice-versa, não tem como não considerar os eventos de 8 de janeiro", afirma Borges.

"A intencionalidade moldou o discurso público do presidente Lula, e de alguns do entorno dele, e acho que isso pode explicar a subida de tom contra o Banco Central e particularmente contra Campos Neto."

O economista Felipe Salto afirma que, apesar de todos os percalços, é preciso considerar como positivo o saldo líquido dos cem dias na Fazenda.

"Temos o arcabouço fiscal antes do prazo, que era um grande obstáculo a ser transportado. Um dos caras que mais entende de **reforma tributária**, o [secretário da Fazenda] Bernard Appy, já está trabalhando. Haddad acertou uma compensação para os estados na questão dos combustíveis, que era um nó federativo. São avanços", afirma Salto.

"Vou citar aqui o senador José Serra. Ele lembra que, na matemática, a menor distância entre dois pontos é uma linha reta. Na política, porém, é uma curva senoidal", brinca.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50241&maxTouch=0&anchor=6475645&pd=9c7502ad99387be835ff7fcf8ffe26ec>

Cenários em mutação

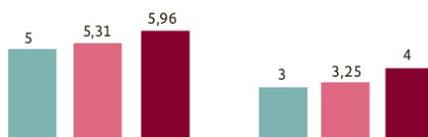
- Antes do primeiro turno das eleições presidenciais*
- Antes da posse**
- Às vésperas dos 100 dias de governo***

IPCA

Variação, em %

Projeções para o ano de 2023

Projeções para o ano de 2025

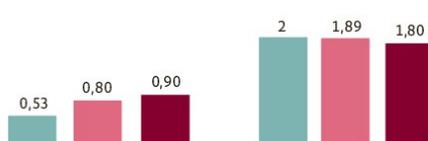


PIB

Variação, em % sobre ano anterior

Projeções para o ano de 2023

Projeções para o ano de 2025



Câmbio

Em R\$/US\$

Projeções para o ano de 2023

Projeções para o ano de 2025

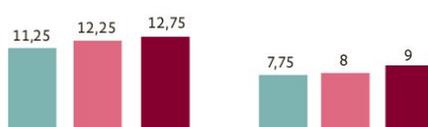


Selic

Em % ao ano

Projeções para o ano de 2023

Projeções para o ano de 2025

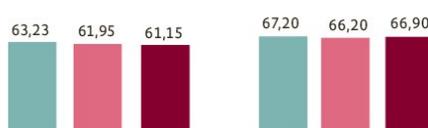


Dívida líquida do setor público

Em % do PIB

Projeções para o ano de 2023

Projeções para o ano de 2025

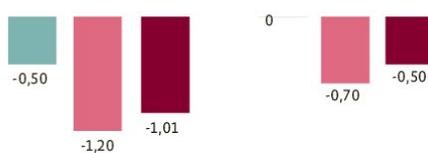


Resultado primário

Em % do PIB

Projeções para o ano de 2023

Projeções para o ano de 2025



*Relatório de Mercado Focus publicado em 3.out.22

**Relatório de Mercado Focus publicado em 2.jan.23

***Relatório de Mercado Focus publicado em 3.abr.23

Fonte: Relatório de Mercado Focus do Banco Central

Observação: O Focus é publicado toda segunda-feira e resume as expectativas coletadas até a sexta-feira anterior à divulgação entre bancos, gestoras de recursos, e empresas não financeiras, consultorias e associações de classe que mantenham equipes especializadas na projeção das principais variáveis macroeconômicas

Haddad tem um plano maior - VINICIUS TORRES FREIRE

VINICIUS TORRES FREIRE

O novo "arcabouço fiscal" está pronto. Não deve haver novidade em relação ao plano apresentado por Fernando Haddad. A Fazenda apenas trabalha na definição de detalhes técnicos, como o conceito de "receita recorrente". Mais sobre isso mais adiante.

Mas o ministro tem um plano fiscal maior, a ser divulgado até o final do ano, que vai além da "NRF", "Nova Regra Fiscal", como Haddad chamou o "arcabouço" em entrevista à Folha.

O governo tem um plano de conter o "gasto tributário". O programa é encabeçado pelo Planejamento, de Simone Tebet, que tem uma secretaria dedicada ao assunto (de revisão de gastos e programas em geral), mas vai ter a colaboração grande e muito interessada da Fazenda e do TCU.

"Gastos tributários", como diz o Tesouro, "são "gastos" do governo realizados por intermédio da redução da carga tributária, em vez de desembolso direto". Nas contas da Receita, o gasto tributário federal neste 2023 seria de R\$ 456 bilhões. A receita bruta do governo federal deve ser de R\$ 2,3 trilhões neste ano; a líquida, depois de transferências para Estados e municípios, R\$ 1,86 trilhão.

Não dá para levar essa conta de gasto tributário ao pé da letra. Se certos **impostos** voltam a ser cobrados, certos negócios **desaparecem**, há mudanças de comportamento de pessoas e empresas etc. Ainda assim, é uma enormidade de dinheiro.

Haddad diz que o governo começa a mexer nisso depois da **reforma tributária**, dos **impostos** sobre consumo (depois de setembro, imagina).

Os maiores gastos tributários são: redução de **impostos** do Simples (19,4% do total), Zona Franca de Manaus (12,1%), agricultura e agroindústria (11,8%, dos quais 7,6% para a cesta básica), filantrópicas (7,8%), deduções do IR (6,6%) etc. A lista é imensa e tem muito favor escondido ali. O governo pretende reduzir essas renúncias aos poucos, a depender da necessidade de receita e das condições políticas.

"No Brasil, o que é factível? Mudar a velocidade das

variáveis. Essa despesa tem de crescer proporcionalmente mais do que aquela, para chegar a algo mais justo, mais equilibrado, inclusive no que diz respeito ao gasto tributário, mais de R\$ 400 bilhões. Vai haver cobrança da sociedade para cortar o gasto tributário? As benesses, os privilégios e tal?", diz Haddad.

É uma briga imensa. Os lobbies costumam vencer. É um motivo maior de iniquidade e ineficiência econômica.

"É um conjunto de distorções que precisa ser corrigida com tempo. Não posso fazer tudo ao mesmo tempo, porque não se vai fazer nada, vai paralisar o Congresso. Ele tem de ir cortando esse salame em fatias, para ir organizando. Até porque a calibragem das medidas [tamanho de cortes ou gastos] depende de como as decisões forem tomadas. Mas vamos fazer no primeiro ano de governo", diz o ministro.

Quanto ao arcabouço, resta uma definição importante: a de receita recorrente. Pela NRF, a despesa do governo federal pode crescer, por ano, o equivalente a 70% do crescimento da receita (com um teto de aumento de 2,5% ao ano).

O governo também arrecada recursos por vender patrimônio, por receber dinheiros de uma concessão, da venda do direito de exploração de petróleo, dividendos (parte do lucro) de empresas estatais etc. São em geral receitas extraordinárias. Não podem entrar na conta de aumento regular de arrecadação e, pois, de despesa (pois provocariam aumentos insustentáveis).

Vendas de patrimônio ou receitas de concessões devem entrar na conta de "extraordinárias", assim como talvez royalties e até parte de dividendos. O pessoal da Fazenda trabalha nisso ainda.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50241&maxTouch=0&anchor=6475645&pd=9c7502ad99387be835ff77fcf8ffe26ec>

Veja as medidas que Haddad anunciou até agora para aumentar a arrecadação do governo

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem se empenhado, desde o início do ano, em aumentar a arrecadação.

O objetivo é melhorar as previsões para as contas públicas a possibilitar uma redução da taxa básica de juros da economia.

? Essa estratégia faz parte da chamada harmonização entre a política fiscal do governo (arrecadação e gastos públicos) e a política monetária conduzida pelo Banco Central (juros e combate à **inflação**).

O patamar dos juros brasileiros, em 13,75% ao ano, é o mais alto do mundo em termos reais (ou seja, descontada a **inflação** de cada país).

O percentual tem sido criticado reiteradamente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e integrantes do governo, por desacelerar a economia e influenciar negativamente a geração de empregos.

O BC autônomo é comandado por Roberto Campos Neto, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A condução da política de juros tem por base o atingimento da metas de **inflação** definidas pelo governo nos últimos anos.

Arcabouço fiscal

A nova regra para as contas públicas, chamada de arcabouço fiscal e anunciada na semana passada pelo governo, foca justamente no aumento das receitas públicas.

A proposta de arcabouço contempla um espaço para aumento real de gastos entre 0,6% e 2,5% ao ano (acima da **inflação**), que será limitado a 70% da variação da receita do ano anterior.

O plano também traz metas para as contas públicas com base o resultado primário (que consideram receitas e despesas, sem contar os juros da dívida).

O governo informou que busca zerar o déficit fiscal em 2024 e obter resultados positivos em 2025 e 2026.

Se as metas de resultado primário não forem cumpridas, o crescimento da despesa fica limitado a 50% do aumento da arrecadação no ano seguinte.

Nos cálculos da equipe econômica, a arrecadação total precisa aumentar até R\$ 150 bilhões em 2023 para o governo cumprir as metas traçadas no novo arcabouço fiscal, que apresenta regras para o crescimento de gastos do governo.

Levantamento feito por economistas da corretora Warren Rena indica a necessidade de ao menos R\$ 254 bilhões aumento de receitas, até 2026, para atingir o piso das metas de resultado primário do arcabouço fiscal apresentado pela equipe econômica.

Aumento de arrecadação...

Para cumprir o arcabouço fiscal e garantir crescimento econômico, o governo já anunciou algumas medidas idealizadas para aumentar a arrecadação federal. Veja a lista:

Programa de parcelamento extraordinário de dívidas, chamado de Litígio Zero, nos moldes dos antigos programas conhecidos como Refis. A estimativa é de arrecadar entre R\$ 35 bilhões e R\$ 50 bilhões nesse ano. Retorno do voto de desempate a favor do Fisco nos julgamentos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (**Carf**) - órgão colegiado responsável pelo julgamento de recursos de empresas multadas pela **Receita Federal**. A expectativa é de arrecadar até R\$ 50 bilhões em 2023. Retirada do ICMS da base de cálculo dos créditos tributários de Pis/Cofins, ou seja, o crédito tributário a que o contribuinte tem direito vai diminuir. A medida pode aumentar a arrecadação em R\$ 30 bilhões. Volta parcial de **impostos** federais para a gasolina e o etanol. A reoneração, implementada por meio de medida provisória, tem validade de março em diante. Para a gasolina, o aumento foi de R\$ 0,47 por litro e, no caso do álcool, de R\$ 0,02 por litro. O diesel segue desonerado até o fim desse ano. A projeção é arrecadar cerca de R\$ 22 bilhões em 2023. Criação de um imposto sobre

exportação de petróleo cru, entre março e junho desse ano, com alíquota de 9,2% - medida considerada extrema pelo ministro de Minas e Energia. A expectativa é de uma arrecadação de R\$ 6,7 bilhões nesses quatro meses. Taxação do mercado de apostas eletrônicas em jogos esportivos para compensar perdas com as mudanças anunciadas na tabela do Imposto de Renda - isenção para renda de até R\$ 2.640 a partir de maio. Medida ainda não foi enviada ao Congresso Nacional. Expectativa é de arrecadar até R\$ 15 bilhões em 2023. Medida provisória para corrigir uma distorção tributária e arrecadar até R\$ 90 bilhões por ano. Trata-se de incentivos fiscais dados por estados a empresas para gastos com custeio. Objetivo é que os benefícios sejam concedidos apenas para operações de investimento - e que o incentivo não afete a base de cálculo dos **impostos** federais. Medidas de combate ao contrabando para incrementar a arrecadação, ainda não detalhadas. A previsão do ministro da Economia, Fernando Haddad, é de arrecadar entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões nesse ano.

...e redução de despesas

Enquanto tenta aumentar a arrecadação, o governo também estuda formas de cortar despesas - ou seja, reduzir o gasto para que o dinheiro possa ser remanejado para investimento e programas sociais.

Até agora, no entanto, duas medidas nesse sentido foram anunciadas:

revisão de contratos e programas, com impacto de R\$ 25 bilhões; autorização para gastar abaixo do previsto na lei orçamentária, com estimativa de economizar mais R\$ 25 bilhões.

De acordo com análise da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal, porém, a revisão de contratos, embora seja sempre desejável, esbarra na incerteza sobre seus efeitos.

A segunda medida [gastar abaixo do previsto] ainda carece de esclarecimentos, mas a análise dos últimos anos sugere que provavelmente o gasto primário será inferior ao previsto no Orçamento de 2023, acrescentou.

Analistas do setor privado avaliam que faltam indicações mais claras sobre o controle de gastos públicos e, também, de medidas para reduzi-los.

E citam, entre as possibilidades, mudanças ou fim do abono salarial; a contenção de gastos com servidores por meio de uma reforma administrativa; e a fusão de políticas sociais para evitar o acúmulo de benefícios.

Em entrevista à Folha de S.Paulo, publicada neste sábado (8), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que vai propor até o fim do ano ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva novas regras para o crescimento das despesas obrigatórias e vinculações orçamentárias.

Penso que uma discussão séria sobre perenidade de regras como essa deveria entrar na ordem do dia, no segundo semestre, disse ao jornal.

Na mira, devem estar as despesas com reajustes do salário mínimo, aumentos de servidores, pisos e vinculações para saúde e educação, entre outros.

Rombo fiscal menor

As principais medidas do governo, de aumento de arrecadação, e também de controle de gastos, mais tímidas, visam reduzir o rombo estimado para as contas do governo neste ano.

No fim do ano passado, o orçamento de 2023, aprovado pelo Congresso Nacional, estimava em R\$ 231 bilhões o déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar os juros da dívida pública) para esse ano. Em 2022, houve um superávit de R\$ 54 bilhões.

A forte piora nas contas públicas estimada para esse ano está relacionada com a PEC da transição, aprovada no fim de 2022.

O texto, negociado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visou o pagamento do auxílio emergencial, além da recomposição de despesas em saúde, educação e segurança.

Também foi autorizado o aumento do salário mínimo, um isenção maior no IR e reajuste para servidores, entre outros.

Após o anúncio das primeiras medidas de aumento de arrecadação pela equipe econômica, os ministérios do Planejamento e da Fazenda anunciaram em março que estimativa de déficit primário para 2023 foi reduzida para R\$ 107,6 bilhões.

Depois da proposta de arcabouço fiscal, o Tesouro Nacional informou que o objetivo é de que o rombo seja menor ainda: de R\$ 50 bilhões em 2023.

A melhora das contas públicas tem por objetivo evitar uma alta forte no endividamento, incompatível com o perfil da economia brasileira, e possibilitar o início do processo de redução dos juros (mediante o controle da **inflação**).

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/04/08/veja-as-medidas-que-haddad-anunciou-ate-agora-para-aumentar-a-arrecadacao-do-governo.ghtml>

Dúvida sobre receitas e crítica a juros tumultuam 100 primeiros dias de Haddad

Alexa Salomão

Iniciou o debate da **reforma tributária** e apresentou as diretrizes da nova regra fiscal, encaminhando dois temas urgentes, mas atuou de forma errática e ainda não alcançou o que o governo mais quer, um cenário estável para o crescimento. É assim que boa parte dos economistas define a condução da política econômica nos cem primeiros dias de Fernando Haddad à frente do Ministério da Fazenda.

Existe a ambição declarada de estabilizar as contas públicas já no ano que vem. A equipe econômica levou a projeção para o resultado primário, a diferença entre despesas e receitas do governo (menos juros), de um déficit de -2% para -0,5% neste ano, com a promessa de zerar em 2024. No entanto, ainda não deixou claro como vai chegar até lá. Haddad, afirmam, começou e terminou o primeiro trimestre preocupado em elevar a arrecadação para garantir os gastos.

Ao mesmo tempo, ele faz coro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para questionar a condução da política de juros do BC (Banco Central) autônomo, presidido por Roberto Campos Neto.

Enfim, são sinais considerados dúbios, que alimentam a incerteza -o pior ambiente para a economia, afirmam os analistas.

"Não tinha dúvidas de que embates ocorreriam, mas para minha surpresa, vieram muito cedo, o que prejudica não apenas o crescimento no curto prazo, mas a expectativa de crescimento futuro", diz Silvia Matos, coordenadora técnica do Boletim Macro FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

O economista José Júlio Sena, também do FGV Ibre, reforça essa análise. "A simples mudança de governo melhorou a perspectiva em áreas vitais para o crescimento, como a educação, item básico para a produtividade, a volta das relações internacionais, depois de o país ficar isolado, e o resgate da política ambiental, essencial nas trocas econômicas no século 21", afirma Sena.

"Mas para a economia funcionar redondinha, a gente precisa de estabilidade macroeconômica, e isso deixou a desejar nesse começo de governo,

principalmente por causa dos ataques ao Banco Central."

As divergências, explicam eles, pioraram as projeções da própria **inflação**, o que retarda a queda dos juros almejada pelo governo para aliviar o arrocho do crédito, que prejudica as empresas e famílias.

No final de setembro, antes do primeiro turno, o relatório Focus, que reúne cenários macroeconômicos, apontava um IPCA, índice oficial de **inflação**, de 5% em 2023. Em dezembro, após o governo aprovar um pacote que ampliava as despesas, o IPCA projetado para este ano subiu para 5,31%,

No boletim mais recente, divulgado em 3 de abril, a projeção de **inflação** para o ano havia subido para 5,96%.

Os discursos de Lula e apoiadores sobre rever a meta de **inflação**, para reduzir os juros mais depressa, também estão afetando expectativas de longo prazo. Para 2025, o mercado já trabalha com uma **inflação** de 4%, precificando as falas do presidente. Antes da eleição, a projeção para o período era de 3%.

Enquanto isso, o dólar não cede. Fica na casa de R\$ 5,25, quando alguns economistas avaliam que já poderia estar em R\$ 4,80. A taxa de crescimento se move lentamente e até recua em 2025 (veja infográfico).

Alguns analisam que erros de estratégia da própria Fazenda ajudaram a azedar os humores.

Dentro do próprio PT há quem se pergunte a razão pela demora em indicar os dois diretores do BC a que o governo já tem direito. Os mandatos terminaram em 28 de fevereiro. A Fazenda poderia ter avaliado os nomes antes e agilizado a sabatina no Senado.

Dois novos integrantes no BC não mudariam a política monetária, mas poderiam estabelecer um diálogo mais diverso, acreditam esses interlocutores. Até agora, a troca não ocorreu.

Alguns também acreditam que haveria menos estresse caso a regra fiscal -que é um sinal oficial de compromisso com as contas públicas- tivesse vindo antes. Haddad não priorizou a medida, enviando antes

disso iniciativas de reoneração de **impostos**.

A Emenda Constitucional 126 estabeleceu que o governo dever enviar ao Congresso um novo regime fiscal até 31 de agosto desse ano. Inicialmente, apesar de contar com inúmeras propostas, inclusive uma produzida pelo grupo de transição do próprio governo, o ministro declarou que a regra seria apresentada no primeiro semestre . Depois, mudou para abril.

Reduzir o prazo só virou prioridade quando, pouco antes do Carnaval, o discurso contra os juros altos incorporou a ideia de destituir Campos Neto. A Fazenda correu para tentar divulgar a regra antes da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), em 21 e 22 de março. Não deu tempo.

A regra veio em 30 de março, apresentada em um PowerPoint. A data de envio do projeto de lei ainda é incerta. Não está garantido que virá na semana seguinte à Páscoa .

"A evolução da agenda foi ruim. O primeiro objetivo dele, desde o início, deveria ter sido a regra fiscal", diz a economista Elena Landau. "Mas ele colocou a regra fiscal em segundo plano, e o fato de ter feito isso nos fez perder muito tempo. E ele ainda entrou na discussão do Banco Central. Um grande erro."

O vaivém da Fazenda está frustrando boa parte dos petistas e economistas ditos não liberais.

"A Fazenda está contando que, com a **reforma tributária** e a nova regra fiscal, vai criar um ambiente para aumentar o investimento privado, e não os gastos do governo. Ou seja, sinaliza a opção por uma política fiscal que, entendo, será contracionista", diz Simone Deos, pesquisadora Sênior do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais).

Segundo ela, apesar da grita do mercado, Haddad optou por uma estratégia liberal, com algumas pitadas progressistas, mas sem os componentes necessários para o que importa, fomentar o crescimento econômico.

"O investimento só ocorre quando as empresas têm expectativas claras de que vão vender mais e ganhar mais, mas, nesse momento, as empresas estão se desintegrando e não há perspectiva de crescimento", afirma ela. " O investimento não virá de sinalizações para o mercado financeiro, mas de um plano em que governo e empresas privadas possam investir juntos ."

O economista-sênior da área de Macroeconomia da LCA, Bráulio Borges reforça que o Lula 3 ocorre em um contexto político muito particular, que contribuiu para tensionar o ambiente nesse primeiro momento.

Ainda na transição foi preciso negociar com o Congresso ampliar o Orçamento com uma PEC (proposta de emenda à Constituição). Ali o governo, antes da posse, já se expôs, por entender a necessidade de mudar o patamar de gasto , que subiu de 17,5% do **PIB** para 19%.

Em janeiro, veio um segundo evento, que mudou Lula, diz o economista. O discurso de inclusão e coalizão se moveu mais à esquerda. "Quando a gente olha o impacto da política sobre a economia, e vice-versa, não tem como não considerar os eventos de 8 de janeiro ", afirma Borges.

"A intencionalidade moldou o discurso público do presidente Lula, e de alguns do entorno dele, e acho que isso pode explicar a subida de tom contra o Banco Central e particularmente contra Campos Neto."

O economista Felipe Salto afirma que, apesar de todos os percalços, é preciso considerar como positivo o saldo líquido dos 100 dias na Fazenda.

"Temos o arcabouço fiscal antes do prazo, que era um grande obstáculo a ser transportado. Um dos caras que mais entende de **reforma tributária**, o [secretário da Fazenda] Bernard Appy, já está trabalhando . Haddad acertou uma compensação para os estados na questão dos combustíveis, que era um nó federativo. São avanços", afirma Salto.

"Vou citar aqui o senador José Serra. Ele lembra que, na matemática, a menor distância entre dois pontos é uma linha reta. Na política, porém, é uma curva senoidal", brinca.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/04/duvida-sobre-receitas-e-critica-a-juros-tumultuam-100-primeiros-dias-de-haddad.shtml>

Governo vai propor nova regra para gastos obrigatórios, diz Haddad

Por Caetano Tonet, Valor - Brasília

Por Caetano Tonet, Valor - Brasília

08/04/2023 10h45 Atualizado há 5 horas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou em entrevista publicada neste sábado (08) pelo jornal "Folha de S. Paulo" que o governo Luiz Inácio Lula da Silva irá discutir "regras mais estáveis" para despesas obrigatórias e vinculações orçamentárias, aquelas que são atreladas a um piso ou também ao crescimento das receitas.

A ideia, segundo Haddad, é acabar com o "vai e vem" que ocorre com esse tipo de despesa dependendo da ideologia econômica do governo que está no poder.

"Até o final do ano queremos uma rediscussão sobre isso. Queremos evitar isso que é recorrente: os governos progressistas revogam as desvinculações, os governos conservadores reintroduzem. O que nós queremos discutir, depois da **reforma tributária**, é uma regra que acabe com esse vai e vem, que dê uma estabilidade maior e mais consistente para esse tipo de despesa", afirmou o ministro.

Segundo Haddad, a discussão deve acontecer após a aprovação da **reforma tributária** que, de acordo com a previsão do ministério, deve ocorrer até outubro nas duas Casas do Congresso Nacional. Haddad disse que o objetivo das novas normas é evitar os "solavancos" dos últimos anos em relação a essas despesas.

O novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo prevê que as despesas cresçam o equivalente a 70% do avanço das receitas, mas não especifica regras para os gastos obrigatórios.

"Não está no arcabouço, porque não tem como estar em lei complementar, mas como tem uma emenda constitucional que vai ou não ser prorrogada no final do ano sobre desvinculação, nós entendemos que depois da **reforma tributária** é um momento interessante para fazer essa discussão", afirmou. "Isso causa muito prejuízo para o país. Uma hora, você congela o salário mínimo por sete anos, outra hora, você dá [reajuste de acordo com o crescimento do] **PIB** nominal", disse o ministro.

Haddad também falou sobre possíveis reestruturações de setores que hoje operam com isenções fiscais ou subsídios. Ele usou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como exemplo e disse que existem "uns cinco BNDES" no orçamento nacional.

"Certo ou errado, o BNDES foi muito criticado pela imprensa ao longo dos últimos anos por privilegiar certos setores, alguns chamavam de "campeões nacionais" e tudo mais. Tem uns cinco BNDES dentro do Orçamento federal. Sobre o que não vejo a imprensa reclamar com a mesma energia, vamos dizer assim. Penso que isso é estranho", disse Haddad.

O ministro criticou a subvenção de custeio de empresas que, segundo ele, está em R\$ 88 bilhões, e da perda de **receita federal** em função da utilização de crédito do ICMS. "Essa subtração, na mão grande, da base de cálculo de um tributo federal, pelo não pagamento de um tributo estadual, foi um assalto aos cofres públicos", disse.

Perguntado sobre quais são esses "outros BNDES" existentes no orçamento federal, Haddad reconheceu que algumas isenções fazem sentido como o ProUni e a isenção das Santas Casas. Para ele, o problema está em benefícios como a subvenção de custeio.

"Subvenção ao investimento nós queremos manter, mesmo considerando que essa não é a maneira mais adequada de fazê-lo: isto é, o governo estadual decidindo qual a isenção que o governo federal vai dar. Mas, até para atenuar os efeitos da revisão vamos rever apenas a subvenção sobre custeio. Para investimentos, vamos manter", explicou o ministro.

Haddad pontuou que os **tributos** federais sofrem com jabutis e decisões judiciais exóticas. Um exotismo que, segundo ele, só existe no Brasil. "Já perdemos a base de cálculo do PIS/Cofins por causa de uma decisão do Supremo que mandou excluir 100% do ICMS da base de cálculo, à vista e retroativo. Agora, teve a decisão de dezembro [do STF], que mandou fazer a revisão da vida toda da Previdência. Se você vai acabar com os **tributos** federais, você vai acabar com o Estado nacional. Porque não existe Estado nacional sem base fiscal, aprendi isso na escola", afirmou o ministro.

O ministro disse ainda que utiliza o BNDES apenas como exemplo e reconhece a importância do banco de fomento. "E eu vejo o BNDES com bons olhos. Prestou grandes serviços ao país. Estou fazendo uma comparação, estou falando aqui é da escala [de subsídios em geral no Orçamento], que estão no Orçamento e sem transparência", explicou.

Haddad criticou o patrimonialismo brasileiro e disse que no país "cada um vê o seu naco e ninguém vê o todo". "Se, quem não paga imposto, passar a pagar, todos nós vamos pagar menos juros e a economia vai crescer. Para o bem comum. Enquanto setores privilegiados continuarem a fazer o que estão fazendo, lobby no Congresso, lobby no Judiciário, lobby para erodir a base fiscal do Estado... [vamos ter isso] cinco BNDES no Orçamento da União", disse o ministro.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/04/08/governo-vai-propor-nova-regra-para-gastos-obrigatorios-diz-haddad.html>

Haddad afirma que revisão de desonerações deve ocorrer após reforma tributária

Agência Estado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse à Folha de S.Paulo que a revisão das desonerações deve ocorrer depois da aprovação da **reforma tributária**, que ele prevê estar aprovada na Câmara em junho e julho e no Senado em setembro ou outubro.

A ideia, segundo o ministro, é fazer uma discussão maior de isenções de **impostos** que, nos cálculos da **Receita Federal**, chegam a R\$ 400 bilhões por ano.

Ninguém está pensando em rever ProUni, isenção das Santas Casas, tudo isso faz parte do sistema social, de proteção social do Brasil. ProUni é bolsa de estudo. Santa Casa tem um papel complementar do SUS. Esse tipo de benefício é um benefício justo. Subvenção ao investimento das empresas via créditos do ICMS e seu efeito em imposto federal nós queremos manter, mesmo considerando que essa não é a maneira mais adequada de fazê-lo: isto é, o governo estadual decidindo qual a isenção que o governo federal vai dar, disse o ministro. Mas, até para atenuar os efeitos da revisão da isenção vamos rever apenas a subvenção sobre custeio das empresas. Para investimentos, vamos manter, adiantou.

Haddad também já buscou se blindar de críticas de setores subsidiados. Ao falar especificamente do varejo, disse que o que o segmento vai ganhar de redução nos juros é muito mais importante do que eles vão passar a pagar devidamente.

Eles não estão entendendo o equilíbrio macroeconômico que nós estamos perseguindo, disse.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem

ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Notícias Relacionadas:

PORTAL UOL

Haddad afirma que revisão de desonerações deve ocorrer após **reforma tributária**

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/04/5085913-haddad-afirma-que-revisao-de-desoneracoes-deve-ocorrer-apos-reforma-tributaria.html>

Governo estuda taxar até 500 empresas com "superlucros" que não pagam impostos

O governo federal pretende começar a cobrar **impostos** de cerca de 500 empresas com "superlucros" e que, atualmente, têm isenção fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pretende usar a arrecadação para viabilizar a nova regra fiscal, que precisa, segundo cálculos da pasta, de R\$ 110 bilhões a R\$ 150 bilhões de incremento de receita para dar certo.

"Está entre R\$ 400 bilhões e R\$ 500 bilhões o que o Estado deixa de arrecadar [com isenções]. Estamos falando de 400, 500 grandes empresas que tem superlucros, que, por expedientes ilegítimos, fizeram contar no sistema tributário o que é indefensável, por exemplo subsidiar o custeio de uma empresa que está tendo lucro. Se a empresa está tendo lucro, porque o governo precisa entrar com dinheiro para subsidiar? Não vai prejudicar a empresa, vamos alinhar, mas ela vai passar a pagar **impostos**", afirmou Haddad em entrevista nesta quinta-feira (6).

O ministro garantiu que a mudança não vai afetar isenções fiscais como a da Zona Franca de Manaus nem afetar micro, pequenos, médios e grandes empresários. Os trabalhadores que não pagam imposto de renda atualmente também não serão incluídos na nova medida - que ainda não tem data para ser implementada.

"Não vamos mexer na Zona Franca de Manaus. Nesse dinheiro [que o Estado deixa de arrecadar com isenções] estão as Santas Casas, [que também não serão afetadas]. Não é disso que estamos falando. Ninguém vai, por exemplo, cortar o benefício do Proni [Programa Universidade Para Todos], que dá bolsas de estudo mediante o não pagamento de **impostos** [pela instituição de ensino particular]", explicou o ministro.

Haddad reforçou, ainda, que não haverá criação de **impostos**. "Não vamos criar novos **tributos** nem aumentar alíquota dos **tributos** existentes. Estamos falando de quem não paga imposto. E hoje, infelizmente, quem não paga [**impostos**] são as maiores empresas brasileiras. É o que chamamos de 'jabuti': apareceu na árvore sem ninguém entender quem colocou e foi sugando a capacidade de investimento do Estado", criticou.

A nova medida, de acordo com Haddad, está

vinculada à **reforma tributária**, que está em discussão no Congresso Nacional.

Divergência

Apesar do cálculo do Ministério da Fazenda - que prevê incremento de receita de R\$ 110 bilhões a R\$ 150 bilhões para viabilizar a nova regra fiscal -, a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco) calcula que o valor pode chegar a R\$ 200 bilhões.

Site: <https://radionova.fm.br/noticia/72869>

A estratégia do arcabouço



RECEITAS
Hastidat precisa
arrecadar mais
para sustentar o
novo arcabouço
fiscal; governo
fecha sua agenda
na Câmara



NEGOCIAÇÃO
O ministro Alexandre
Padilha e o líder do governo
na Câmara, José Guimarães:
mobilização pela nova âncora

Victor Fuzeira

Na iminência de chegar à Câmara, por onde iniciará a tramitação, a proposta do novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos, demandará intensa articulação política do Palácio do Planalto para superar as adversidades que Lula encontrará entre os deputados. O projeto já deveria ter sido enviado ao Congresso, mas esbarrou em um Legislativo esvaziado por conta do feriado da Páscoa e só será remetido aos parlamentares nos próximos dias. Longe de ter um quórum confortável de votos, o governo já

começa a traçar estratégias para superar obstáculos à aprovação da medida, prevista para ser votada até o fim de maio, conforme projeções de líderes governistas. Uma das estratégias estudadas pelo Executivo é liberar emendas parlamentares, de preferência a congressistas que sinalizam apoio à matéria. Outra possibilidade colocada à mesa é a de negociar os cargos de segundo e terceiro escalão da Esplanada dos Ministérios e que até hoje são blindados pelos petistas. O presidente também não descarta autorizar que ministros retornem ao mandato parlamentar às vésperas da votação. Auxiliares políticos do Planalto afirmam que ter os ministros circulando pelos corredores e plenário da Câmara poderá ajudar o governo a virar votos de opositores e convencer parlamentares ainda reticentes com a proposta.

Hoje, sete titulares de pastas na Esplanada dos Ministérios são deputados federais licenciados do mandato. Entre eles, está Alexandre Padilha (Relações Institucionais), um dos principais nomes na articulação de Lula com o Congresso. A lista ainda inclui os petistas Luiz Marinho e Paulo Pimenta, assim como Marina Silva (Rede-SP), Sônia Guajajara (PSOL-SP) e os deputados Juscelino Filho e Daniela Carneiro, da bancada do União Brasil. Além de reunir mais votos para o governo, Lula pretende testar a fidelidade do União Brasil (que tem três ministérios). Afinal, muito se fala que nem todos os 59 deputados da bancada do partido presidido por Luciano Bivar votarão com o presidente da República. Caso a unidade não aconteça, o governo pode vir a rever a posição da legenda na base aliada. A votação do arcabouço fiscal, portanto, é vista como "prova de fogo" para que as bancadas entreguem todos seus votos ao presidente e, assim, garantam a sobrevivência no governo.

A manobra está longe de ser inédita e foi, inclusive, experimentada pelo próprio presidente nas eleições das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. À época, o petista queria se certificar da reeleição de Arthur Lira (PP-AL) e de Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Lula também autorizou que os ministros retornassem ao Congresso para eleger Jhonathan de Jesus, do Republicanos, como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). A candidatura do deputado foi apoiada em um movimento para derrotar a bolsonarista Soraya Santos (PL-RJ). Ainda no início do governo, quando não havia batido o martelo sobre a composição dos ministérios, Lula foi alertado por aliados de longa data de que possivelmente seria preciso promover idas e

vindas dos ministros ao Congresso para mostrar força. O temor era, e é agora, de que a falta de apoio em um Parlamento mais conservador provoque derrotas políticas expressivas, com repercussões até mesmo na gestão do governo. Além disso, os líderes políticos da base externam preocupação com o enfraquecimento das bancadas governistas em votações decisivas não só da nova âncora como também de projetos como o da **Reforma Tributária** em gestação na Câmara.

Lula acha que com ministros por perto, o governo poderá acompanhar negociações por mudanças na redação do Ministério da Fazenda para a proposta. O PT sabe que dificilmente o texto não sofrerá alterações durante a tramitação e trabalha junto a Lira na definição de um relator mais alinhado ao Executivo. Já é certo, no entanto, que ele virá do Centrão, mais especificamente do PP. Hoje, os cotados pelo partido para a relatoria são os deputados André Fufuca (MA), Fernando Monteiro (PE), Júlio Lopes (RJ) e Cláudio Cajado (BA). O deputado baiano desponta como favorito. "Sabemos que certamente a proposta não sairá do Congresso do jeito que entrou. Mas o governo está otimista de que, em linhas gerais, o projeto será aprovado. A receptividade tem sido muito boa, inclusive entre parlamentares de oposição e independentes. É uma proposição que demonstra preocupação real com controle das despesas e com a qualidade desses gastos, e, ao mesmo tempo, viabiliza recursos tão necessários para políticas sociais e investimentos", avalia o senador Humberto Costa (PT-PE).

HADDAD MIRA OPOSIÇÃO

Com o projeto de nova âncora pronto para ser dissecado no Congresso, a oposição tem dado recados ao governo de que será preciso mais do que uma boa disposição do Planalto em negociar alterações na proposta. A maior crítica dos opositores a Lula é de que a proposição não traz garantias concretas de que as metas contidas na proposta são passíveis de serem cumpridas. Diante disso, Haddad tem procurado mostrar aos críticos que o Ministério da Fazenda trabalha para apresentar projetos que ampliem a receita da União e com isso dêem sustentação ao plano de eliminar o déficit público. O ministro estima ser necessário aumentar entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões a arrecadação. Para isso, mira três medidas: taxaço do e-commerce, especialmente os produtos chineses e outros que chama de "contrabando", e que pode render R\$ 8 bilhões aos cofres públicos; anunciou a taxaço do mercado de apostas eletrônicas, que podem arrecadar R\$ 12 bilhões; e, o que é mais importante, proibir que empresas com incentivos fiscais concedidos por estados consigam abatimento de crédito da base de

impostos federais, com a perspectiva de captar outros R\$ 85 bilhões. Assim, conforme projeções do ministro, será possível zerar o déficit em 2024, e obter superávits em 2025 e 2026.

"Precisamos da contribuição das Big Techs para construirmos juntos o 5G"



Beto Silva

Entrevista | Vivien Mello Suruagy, presidente da Feninfra

Executiva à frente da entidade setorial que representa as empresas que instalam equipamentos para a transmissão de dados pela internet cobra das autoridades públicas a inserção das gigantes da tecnologia no desenvolvimento da conectividade brasileira

Enquanto o debate público se dá em torno da regulação de gigantes globais de tecnologia como Apple, Google e Meta, conhecidas como Big Techs, outra discussão envolve essas empresas: sua participação na infraestrutura para a internet 5G no Brasil. Sobre esse tema, a presidente da Feninfra, Vivien Mello Suruagy, é taxativa: a falta de contribuição das Big Techs gera um atraso na conectividade brasileira. Nesta entrevista à DINHEIRO, a mulher que lidera a Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática falou dos investimentos que estão sendo feitos, do ritmo de instalação das antenas e de como a **reforma tributária** afeta o setor.

DINHEIRO - Passados 16 meses do leilão que definiu as empresas que operam o 5G no Brasil, como está a

implantação dos equipamentos?

VIVIEN SURUAGY - Está bem mais adiantada do que previa o edital. Temos 487 cidades com 5G standalone [rede exclusiva para 5G], que atendem 40% da população brasileira. Foram instaladas em torno de 8 mil Estações Rádio Base (ERBs) enquanto o edital obrigava a instalação de 2,8 mil. Alguns países estão mais adiantados do que nós, como China, Austrália, Canadá e Arábia Saudita. A China está indo para uns 200 milhões de pessoas já conectadas com 5G e quase 800 mil ERBs implantadas. É praticamente o tamanho do Brasil. A previsão de novos negócios no mundo é em torno US\$ 11 trilhões nos próximos 15 anos. No Brasil, US\$ 1,3 trilhão. Nós vamos ter muito impacto na economia, empregabilidade...

Apesar desse avanço, ainda deixamos a desejar em conectividade. Por quê?

Ainda não estamos bem. Temos em torno de 30 milhões brasileiros com 10 anos ou mais que não usam internet. Segundo dados da PwC, a quantidade de pessoas acima de 16 anos desconectadas no País chega a 20%. A situação é muito grave. Os totalmente conectados são 50 milhões de pessoas ou 23% da população. Então, existem dois Brasis no que se refere à conectividade.

O setor tem reclamado da Lei das Antenas e das exigências de prefeituras para novas instalações. Como resolver essa questão em um País com 5,5 mil municípios?

Temos de ter leis atualizadas e reduzir a cobrança sobre a instalação das antenas. Temos taxas exorbitantes que estão sendo cobradas por municípios. Cerca de 40 cidades estão cobrando R\$ 80 mil para conceder licença para instalar uma antena. Outros, R\$ 40 mil, R\$ 50 mil. Fica inviável. Estão sendo oportunistas.

E essas leis têm de ser debatidas em cada cidade? Não existe a possibilidade de adotar uma regra geral?

Cada município tem sua autonomia. É trabalho de formiguinha. Existe uma lei geral no estado de São Paulo, por exemplo, que orienta os municípios a como ter a sua lei, seguindo as normas da Anatel. Mas cada vírgula diferente atrapalha, cria-se um problema.

Atualmente são umas 300 leis municipais diferentes e essas legislações são totalmente atrasadas, distantes da Lei Geral de Telecomunicações. Isso gera demora nas autorizações.

E, no caso do 5G, para funcionar bem é preciso ter mais antenas, mais próximas umas das outras...

Sim. Para conseguir uma boa transmissão é preciso ter 1 mil habitantes por antena.

No 5G é preciso aproximar mais as torres, ter um adensamento maior de antenas. Em Nova York e Londres são 300 habitantes por antena. A média do Brasil é em torno de 2,1 mil habitantes por antena. Porém, em Cidade Tiradentes [região periférica da capital paulista] são 11 mil habitantes por antena. No Brasil existem 100 mil antenas, precisaremos ter entre 700 mil e 1 milhão de antenas 5G. Quando as cidades perceberem que vão ficar sem conectividade e para trás no desenvolvimento, vão se ver obrigadas a mudar suas leis.

Em recente congresso realizado na Espanha falou-se muito em assimetria regulatória e tributária nas telecomunicações. Como essa questão está sendo debatida aqui?

A assimetria regulatória e tributária é a

diferença de obrigações entre as empresas de telecomunicações e as Big Techs. Estamos prevendo R\$ 140 bilhões de investimentos para instalarmos a infraestrutura necessária para o 5G. E nós precisamos de ajuda financeira para isso. Precisamos da contribuição dessas Big Techs para construirmos juntos. Todo o custo fica com as operadoras de telecomunicações e os maiores usuários são as grandes empresas de tecnologia. Sou súper a favor das Big Techs. Isso é desenvolvimento, é tecnologia, é comunicação entre as pessoas, são novos modelos. Porém, não pode ser um lado bancando e outro se beneficiando. A falta de contribuição das Big Techs nos custos para construção de toda a infraestrutura de telecom gera um atraso na conectividade da população brasileira. Precisa haver esse estudo efetivo de como as Big Techs podem participar disso. E outra coisa: enquanto as empresas de telecom têm de cumprir 110 questões regulatórias para operar, as Big Techs só têm obrigação de cumprir o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

A regulação e a carga tributária sobre as Big Techs são responsabilidade do governo. Ele não age?

A responsabilidade é do Ministério das Comunicações e da Anatel. Inclusive há um projeto de lei que amplia a

atribuição da Anatel para que possa regular as Big Techs. Na questão tributária, geralmente elas têm sedes em paraíso fiscal. Nada contra. Mas elas vêm para cá, faturam através de serviços no Brasil, não pagam (quase) nada aqui e se beneficiam de tudo. O governo tem problema no orçamento, de R\$ 120 bilhões, e quer fazer a **reforma tributária**. Por que não avança nas Big Techs? Muitas discussões a esse respeito estão sendo feitas na Coreia do Sul e na Europa. Nós precisamos atuar fortemente nisso.

Vocês estão em contato com o governo para expor e debater isso?

Já expusemos. Eles [as Big techs] são hiperpoderosos. Eu tenho trabalhado, temos um monte de gente para contratar, um monte de empresas para sobreviver. Nós lutamos por uma solução. É muito importante essa integração entre o Ministério das Comunicações, Ministério da Economia e a Anatel para resolver esse problema.

Qual o posicionamento da Feninfra sobre a **reforma tributária**?

Concordo com todo mundo quando se fala em simplificar. Claro que quando isso ocorre há risco de sonegação, de irregularidades ou de erros, que significam menor recolhimento. Eles não podem ser de forma nenhuma um subterfúgio para se aumentar **tributos**. No nosso setor é dividido entre indústria e serviços. Uma parte recolhe ICMS e a outra, ISS. A cada R\$ 100 de fatura, são R\$ 40 de **tributos**, em média. É uma carga absurda. Desde a privatização [das telecomunicações, na década de 1990], os fundos setoriais recolheram até agora R\$ 230 bilhões. Era para 100% ser aplicado em telecomunicações. Mas somente 9% foram aplicados. Em dois projetos de **reforma tributária** que tramitam no Congresso, o PL 45/2019 e o PL 110/2019, o setor de indústria tem diminuição de **tributos**, mas o setor de serviços apresenta 11% de aumento sobre faturamento em alguns casos.

A aplicação de apenas 9% do fundo setorial mostra que o Brasil não tem dado a devida atenção ao segmento. Por qual motivo isso ocorre?

Você pegou uma coisa muito importante. Os governos têm receio quando se fala que vai haver uma greve de caminhão. Todo mundo apavora. Mas parar o País demora alguns dias. Agora, se parar as telecomunicações, no minuto seguinte o Brasil paralisa. Não teve governo que desse a devida importância às telecomunicações. Eu espero que este governo, que está começando, faça isso. Porque conectividade é desenvolvimento. Na pandemia, foram as telecomunicações que garantiram muitos serviços,

proporcionaram infraes-estrutura para as pessoas ficarem em casa para trabalhar, estudar. Imagina se parasse a banda larga de internet?

Como está a disponibilidade de profissionais para o 5G no Brasil?

A Feninfra e a Confederação Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação (Con-TIC) representam em torno de 2,5 milhões de trabalhadores. Existem 137 mil empresas no setor, grandes e pequenas, registradas na **Receita Federal**. Mas grande parte delas são fantasmas, que trabalham com funcionários informais, que não registram seus funcionários, que não seguem convenções trabalhistas, não cumprem as obrigações tributárias e fiscais, não qualificam a mão de obra e não dão os equipamentos de segurança. Tem de haver uma força tarefa que crie regras para que as empresas que atuem em telecomunicações tenham comprovação de competência e capacitação. Precisamos ter empresas seguindo regras. H

Lula cobra acordo entre Lira e Pacheco sobre MPs: "País não pode ficar parado"



Lula durante café da manhã com jornalistas no Planalto; presidente diz não ter compromisso de indicar uma mulher ou um negro para o STF

ELIANE CANTANHÊDE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou ontem um acordo entre os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sobre a tramitação das medidas provisórias (MPs) no Congresso. "Já tive oportunidade de conversar (com eles) e eu tenho certeza que os dois vão se colocar de acordo, para começar a votar coisa que precisa ser votada.

Porque o País não pode ficar parado", disse o presidente.

As declarações foram feitas durante café da manhã com jornalistas, no Palácio do Planalto, quando Lula disse que sua primeira obsessão ao voltar à Presidência foi a retomada dos programas sociais dos seus dois governos anteriores, mas que a nova obsessão é o desenvolvimento do País, baseado em "estabilidade, credibilidade e previsibilidade".

O atrito entre Lira e Pacheco tem como origem o modelo adotado durante a pandemia de covid-19, que alterou o rito de passagem das medidas provisórias pelo Congresso. Com o fim do período de emergência sanitária, Pacheco quer agora que a tramitação volte a ser como era antes; já Lira, que ganhou poder com a excepcionalidade, propõe que o rito seja alterado em definitivo.

Antes da pandemia, as MPs eram analisadas por uma comissão mista, composta por 12 senadores e 12 deputados para depois seguir ao plenário de ambas as Casas - primeiro a Câmara e depois o Senado.

Nessa configuração, a relatoria das medidas provisórias ficava ora a cargo de um senador, ora de

um deputado, em um revezamento.

As medidas provisórias são matérias encaminhadas pelo Executivo ao Legislativo. Elas entram em vigor no momento de sua publicação pelo governo, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso para que sejam convertidas em lei. Se os parlamentares não votarem o texto em até 120 dias, a medida expira e encerra o seu efeito.

"TESTE". Questionado sobre a relação com o Congresso, o presidente disse que não sente "dificuldades" no Legislativo e que a base aliada do governo ainda não passou por nenhum grande teste.

"Eu até hoje não senti nenhuma dificuldade com o Congresso Nacional. Eu não era presidente ainda e nós conseguimos aprovar a PEC (da Transição), que parecia ser impossível e foi aprovada. Nós ainda não tivemos um teste".

Segundo Lula, o teste virá na votação do arcabouço fiscal, proposta da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para substituir o teto de gastos, e da **reforma tributária**, que visa a simplificação na cobrança dos **impostos** no Brasil.

"Vamos esperar, por exemplo, a política tributária que é o teste para o Brasil, não é um teste pro governo, e vamos ver o que vai acontecer. Eu vou te dizer antecipadamente. Eu tenho certeza que vai ser aprovada uma política tributária que tente resolver parte do problema da tributação desse País", declarou.

"COISO" E "COISA". A uma pergunta sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-juiz e atual senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), Lula disse que o ministro da Comunicação Social, Paulo Pimenta, que estava ao seu lado, o proibira de mencionar esses nomes: "Não posso falar do coiso e da coisa", disse. Mais adiante, porém, ele defendeu que Bolsonaro seja julgado, mas dentro de todo o processo legal e do estado de direito, e analisou que "acha muito difícil que ele não seja julgado também em tribunais internacionais", por causa da pandemia.

Pela primeira vez, Lula admitiu: "Se estivesse tudo bem, eu não teria ganhado as eleições, só ganhei porque tinha muita coisa errada. Como eu disse ao vencer da primeira vez, eu não posso fracassar."

INDICAÇÃO PARA O STF. Lula demonstrou desconforto com as pressões para as escolhas dos dois próximos ministros do Supremo Tribunal Federal, ainda neste ano. Ele não se comprometeu em indicar nem uma mulher, nem um negro e disse que "não tem data, não tem mês, não tem pressa para escolher".

O presidente, que já indicou seis ministros para o Supremo, disse que tem consciência do processo, mas vai "aperfeiçoar a forma de escolha". E deu um parâmetro: "Tem que cumprir a Constituição e não quero ninguém que dê voto pela imprensa, tem de ser nos autos, na hora de votar."

"Tenho certeza que os dois (Lira e Pacheco) vão se colocar de acordo, para começar a votar coisa que precisa ser votada" Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad mira quem não paga imposto

Estimativa da Fazenda é que Estado subvencione R\$ 88 bi para companhias

Brasília. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem considerar o sistema tributário brasileiro "muito injusto" e que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende corrigir distorções taxando grandes empresas para reduzir privilégios de Super-ricos que estão "mamando no Orçamento público".

"Eu, como cidadão, considero muito injusto nosso sistema tributário. Não acho justo fazer recair ajuste sobre quem está precisando de um empurrão para subir na vida, para crescer e para se desenvolver. E manter essas teta abertas pelo Orçamento, sem transparência", disse.

O ministro vem defendendo que é preciso cobrar **impostos** de quem não paga e quer restringir empresas que contam com benefícios fiscais concedidos por Estados via ICMS de abaterem 1RPJ e CSLL, dois **tributos** federais, ao fechar brechas legais para essa opção quando a atividade é de custeio (permitindo apenas para investimentos).

GRANDES EMPRESAS. Segundo estimativa da Fazenda, o Estado brasileiro subvenciona custeio de empresas no patamar de R\$ 88 bilhões. De acordo com o ministro, o governo avalia tributar cerca de 500 companhias de grande porte que se encaixam nessas condições.

"Não estamos falando da pequena empresa, da média empresa, não estamos falando sequer da grande empresa. Estamos falando de enormes empresas", enfatizou o ministro Haddad.

"De 400 a 500 empresas com superlucros, que, por expedientes, na minha opinião, (são) ilegítimos, fizeram constar no sistema tributário, que é indefensável, como subvencionar o custeio de uma empresa que está tendo lucro. Se uma empresa está tendo lucro, por que o governo vai entrar com dinheiro subvencionando essa empresa?", questionou.

O titular da Fazenda também comentou que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, fez um cálculo que mostra que o país deixa de arrecadar cerca de R\$ 300 bilhões com distorções tributárias.

"Ele (Roberto Campos Neto) próprio fez exercício no Banco Central sobre o rol de barbaridades do nosso

sistema tributário, que está beneficiando quem não precisa, ele chegou à conta de R\$ 300 bilhões", disse. Haddad afirmou ainda que a última palavra cabe ao Congresso Nacional. (Natália Garcia/FolhaPress)

Ajustes Construção civil será favorecida Brasília. A construção civil também será favorecida pela **reforma tributária**. Segundo o ministro Fernando Haddad, "reonerar a falha de pagamento, mexer no Simples, onerar a construção civil e o consumo, sobretudo de alimentos, nada disso está na ordem do dia".

Ele defendeu que o arcabouço proposto é menos engessado do que o atual teto. "As despesas obrigatórias estão suspensas pelo teto, o que acarretou queda do investimento em Saúde e Educação e congelamento do salário mínimo por sete anos."

Haddad disse que o piso de 0,6% para o crescimento real das despesas é salvaguarda para impedir que o **PIB** caia ainda mais em crises.

Haddad: bilionário não vai "mamar" na União



Ministro garante que o arcabouço fiscal está sendo construído para que áreas fundamentais, como saúde e educação, não sofram contingenciamentos

Fabio Grecchi, Raphael Pati*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, que a **reforma tributária** servirá não apenas para corrigir as distorções no sistema de **impostos** do país, que considera "injusto", mas, também, para mostrar que existe um grupo de empresas e pessoas que usam vários subterfúgios contábeis para não pagarem o que deveriam à União. Conforme adiantou à BandNews, esses serão alcançados "para que o país possa tomar uma decisão sobre o que ele quer ser".

"Minha vontade é listar o que está acontecendo. Para onde está indo o dinheiro público? Quando o cidadão souber o que está acontecendo, ele vai se indignar. "O meu salário não sobe para esse bilionário continuar mamando no Orçamento público?" Vamos escancarar isso para o país tomar uma decisão sobre o que ele quer ser", afirmou.

Para o aumento da arrecadação, estão na mira da reforma aproximadamente 500 grandes empresas que, segundo Haddad, acumulam vantagens tributárias ? como incentivos fiscais concedidos por estados a empresas, via Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que por meio da base de cálculo de **impostos** federais (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica/IRPJ e Contribuição Sobre o Lucro Líquido/CSLL), podem abater esse crédito. O governo pretende tornar que tal incentivo seja deduzido caso seja destinado a investimentos, e não a custeio.

"Como cidadão, considero muito injusto o nosso sistema tributário. Não acho justo fazer recair ajuste

sobre quem está precisando de um empurrão para subir na vida, para crescer, para se desenvolver, e manter essas "tetras" abertas pelo Orçamento, sem transparência nenhuma. Minha vontade é listar o que está acontecendo", salientou.

O ministro também aproveitou a entrevista para mandar um recado à Câmara dos Deputados e ao Senado para o caso de a **reforma tributária** não mexer com aqueles que, na visão do governo, não contribuem da forma que deveriam, em matéria de **impostos**. "O Congresso Nacional vai dar a última palavra. Se ele não quiser fazer com que quem não paga ? as empresas bilionárias, listadas em bolsa ?, se ele não quiser que as empresas paguem um pouco a mais do que pagam hoje, vai ter que olhar para o outro lado e cortar na carne de quem não tem, de quem está no osso", alertou. A **reforma tributária** tramita, sobretudo, por meio das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/19 e 110/19. Proteção Sobre o arcabouço, Haddad assegurou que a nova regra fiscal protegerá despesas relacionadas à saúde, educação, além da valorização do salário mínimo e da transferência de renda, que não sofrerão contingenciamentos. E insistiu, mais uma vez, que o arcabouço garante que os gastos serão inferiores à receita do governo.

"Na época em que a população ainda não estava vacinada, o governo federal cortou o Auxílio (Brasil), as pessoas foram para a rua ganhar o pão de cada dia, e o número de mortes pela covid-19 dobrou em relação ao ano anterior. Para evitar tudo isso, saúde, educação, valorização do salário mínimo, transferência de renda ? para que tudo isso tenha estabilidade, esse arcabouço fiscal garante que essas despesas não vão ser cortadas", garantiu.

Indagado sobre privilégios do funcionalismo ? o governo se comprometeu a pedir a retirada da proposta de reforma administrativa que a gestão Bolsonaro enviou ao Congresso ?, o ministro disse que está sempre disposto a combater benesses no serviço público. "Precisamos de mais apoio. Quanto mais transparência tivermos sobre os privilégios que existem, mais fácil será a nossa tarefa de convencer o Congresso a cortar. O governo não paga porque quer, paga porque uma lei exige", criticou.

Entretanto, salientou que esses privilégios são muito

menores do que os benefícios tributários concedidos a grandes empresas. "Abusos também acontecem, mas é um pingo no oceano perto do gasto tributário que algumas pouquíssimas empresas conseguiram no Congresso", apontou.

Segundo Haddad, se o governo e o Congresso tiverem medo de enfrentar grandes interesses, o país não sairá do lugar. "Se acabarmos com os privilégios de quem não precisa, a sociedade terá ambiente econômico muito melhor. Não podemos continuar punido trabalhadores para privilegiar meia dúzia de tubarões", concluiu. (Com Agência Estado) *Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

Para onde está indo o dinheiro público?

Quando o cidadão souber o que está acontecendo, ele vai se indignar. "O meu salário não sobe para esse bilionário continuar mamando no Orçamento público?" Vamos escancarar isso" Não acho justo fazer recair ajuste sobre quem está precisando de um empurrão para subir na vida, para crescer, para se desenvolver, e manter essas "tetas" abertas pelo Orçamento, sem transparência nenhuma" O Congresso Nacional vai dar a última palavra. Se ele não quiser fazer com que quem não paga - as empresas bilionárias, listadas em bolsa -, se não quiser que as empresas paguem um pouco a mais do que pagam hoje, vai ter que olhar para o outro lado e cortar na carne de quem não tem, de quem está no osso" Se acabarmos com os privilégios de quem não precisa, a sociedade terá ambiente econômico muito melhor. Não podemos continuar punido trabalhadores para privilegiar meia dúzia de tubarões" Fernando Haddad, ministro da Fazenda